



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SETOR
OLIVÍCOLA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

Eduardo José Frade de Menezes Falcão

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

Professora Doutora Ana Paula Carvalho do Monte

Professora Doutora Paula Odete Fernandes

Bragança, dezembro de 2024.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO SETOR
OLIVÍCOLA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**

Eduardo José Frade de Menezes Falcão

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de Empresas

Orientada por

Professora Doutora Ana Paula Carvalho do Monte

Professora Doutora Paula Odete Fernandes

Bragança, dezembro de 2024.

Resumo

A presente investigação pretendeu analisar a implementação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor olivícola de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o objetivo de avaliar se as organizações do setor estão alinhadas com as práticas de RSC e como estas impactam os seus negócios. A investigação foi motivada pela crescente importância da RSC no contexto global marcado por incertezas económicas, sociais e ambientais, onde a sustentabilidade empresarial é cada vez mais valorizada.

Para conduzir o estudo foi utilizada uma metodologia mista, combinando questionários aplicados a diferentes organizações do setor, com a realização de entrevistas, para complementar o estudo. Os resultados mostraram que, embora todas as organizações sejam conhecedoras da importância da RSC, existem variações significativas na implementação dessas práticas. As cooperativas demonstraram uma maior preocupação com o equilíbrio entre os aspetos económicos e sociais, enquanto as empresas privadas enfrentam desafios relacionados com a falta de recursos humanos e financeiros. Além disso, constatou-se que a maioria das organizações não elabora relatórios de sustentabilidade, e que a burocracia é um dos maiores obstáculos para a implementação da RSC. As principais conclusões indicam que as práticas de RSC no setor olivícola são limitadas pela dimensão das organizações e pela falta de apoio técnico e financeiro.

Este estudo sugere a necessidade de investigações futuras a nível nacional para ampliar a compreensão do tema e comparar diferentes classes de empresas quanto às suas práticas de RSC.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa, setor olivícola, Trás-os-Montes, sustentabilidade, organizações.

Abstract

This dissertation investigates the implementation of Corporate Social Responsibility (CSR) in the olive sector of *Trás-os-Montes* and *Alto Douro*, aiming to assess whether organizations in the sector are aligned with CSR practices and how these impact their business operations. The research was motivated by the growing importance of CSR in a global context marked by economic, social, and environmental uncertainties, where corporate sustainability is increasingly valued.

A mixed methodology was employed, combining questionnaires distributed to various organizations in the sector with interviews to supplement data analysis. The findings reveal that, while all organizations are aware of the importance of CSR, there are significant variations in the implementation of these practices. Cooperatives showed a greater concern for balancing economic and social aspects, whereas private companies face challenges related to limited human and financial resources. Additionally, it was found that most organizations do not produce sustainability reports, and that access to external financial support is one of the biggest obstacles to effective CSR implementation.

The main conclusions indicate that CSR practices in the olive sector are constrained by the size of the organizations and the lack of technical and financial support. This study suggests the need for future research at the national level to broaden the understanding of the topic and to compare different classes of companies regarding their CSR practices.

Keywords: Corporate Social Responsibility, olive oil sector, *Trás-os-Montes*, sustainability, organisations.

Dedico este trabalho aos meus avós, as pessoas que mais me apoiaram na vida e que, por muito breve momento, conseguiram transmitir-me valores que levarei para toda a minha vida. A ti Avó Esmeraldina e a ti Avô Alfredo! Obrigado.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente às minhas preletoras, Paula Odete Fernandes e Ana Paula Monte, por toda a colaboração prestada durante o curso deste trabalho.

Um obrigado especial para a minha mãe que sempre me apoiou nesta fase.

Lista de Acrónimos e Siglas

BCE – Banco Central Europeu

BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

DOP – Denominação de Origem Protegida

GRI – *Global Reporting Initiative*

HACCP – *Hazard Analysis and Critical Control Points*

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

OE – Objetivos do Estudo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PME – Pequenas e Médias Empresas

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

Índice Geral

Índice Geral	viii
Índice de Figuras	ix
Índice de Tabelas	x
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	3
1.1 Conceito e Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa.....	3
1.2 A evolução do conceito de RSC e suas teorias	9
1.2.1 Teoria Neoclássica.....	10
1.2.2 Teoria dos <i>stakeholders</i>	11
1.3 A Responsabilidade Social Corporativa e a atualidade	12
1.4 Ética, responsabilidade social e sustentabilidade.....	14
1.5 Normas e instrumentos de <i>accountability</i> da RSC.....	15
1.6 Importância da responsabilidade social corporativa no setor olivícola.....	20
2. Metodologia de Investigação.....	24
2.1 Natureza e objetivos do estudo.....	24
2.2 Abordagem Metodológica e Contexto Empírico da Investigação	25
2.3 Escolha das organizações e do local de estudo	26
2.4 Métodos de análise e tratamento de dados	26
3. Apresentação e discussão dos resultados.....	27
3.1 Apresentação e análise dos resultados dos questionários	27
3.2 Resumo das entrevistas.....	39
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	41
Referências Bibliográficas	43
Anexos.....	47
Anexo A Principais contributos para o desenvolvimento da RSC	47
Anexo B Questionário	49
Anexo C Guião das entrevistas.....	53

Índice de Figuras

Figura 1. Desenvolvimento Sustentável.....	4
Figura 2. Representação esquemática sobre a Parte integrante do desenvolvimento sustentável. .	4
Figura 3. Responsabilidades sociais da empresa - Modelo Piramidal de Carroll.....	6
Figura 4. Destinos da transformação da azeitona em azeite.....	22
Figura 5. Dimensão das organizações.....	28
Figura 6. Cargo na organização.....	28
Figura 7. Conhecimento sobre o que é responsabilidade social corporativa.	29
Figura 8. Normas aplicadas pelas organizações.	31
Figura 9. A organização faz algum tipo de relatorio de sustentabilidade.....	34
Figura 10. Distribuição do número de organizações por tipologia e elaboração de relatório de sustentabilidade.....	34
Figura 11. Subprodutos produzidos pelas organizações.....	35
Figura 12. Apoios financeiros externos (Estado e União europeia).....	35
Figura 13. Barreiras ou limitações para a realização de atividade de responsabilidade social corporativa.....	36
Figura 14. Tipologia da unidade de extração das organizações.	37
Figura 15. Descarga das águas de lavagens.....	37

Índice de Tabelas

Tabela 1. Espectro dos pontos de vista sobre o papel das empresas na sociedade.	12
Tabela 2. Resumo das normas de responsabilidade social corporativa adotadas.	17
Tabela 3. Importância atribuída aos vários tipos de responsabilidade.	29
Tabela 4. Importância atribuída aos vários tipos de responsabilidade por tipologia da organização.	30
Tabela 5. Importância atribuída a vários aspetos relacionados com a gestão das organizações. .	31
Tabela 6. Comparação dos valores médios dos fatores associados à componente económica e à componente social/ambiental.	33
Tabela 7. Importância atribuída aos vários tipos de responsabilidade por dimensão da organização.	38
Tabela 8. Objetivos do estudo e principais resultados.	38

Introdução

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é uma temática que deve relevar em todas as organizações. Num contexto económico, político, social, tecnológico e ambiental mutável, maiores deverão ser as preocupações para a adaptação das organizações.

Na última década ocorreram diversos acontecimentos atípicos. Na nossa história, enquanto humanidade, presenciamos períodos de incerteza e crise, cujos impactos são incalculáveis. A pandemia Covid-19 provocou mudanças de comportamentos e ações antiéticas de várias empresas (Simonyan & Smith, 2020) e a recente perturbação geopolítica entre a Ucrânia e a Rússia causou escassez de produtos alimentares, minerais e energéticos contribuindo para o aumento da inflação (Orhan, 2022).

Verificaram-se reações por parte de organizações, pelo que, vimos empresas a doarem partes dos lucros para o combate à pandemia, assim como abandonarem o mercado russo por consequência da invasão da Ucrânia (Marmé, Forbes Portugal, 2022), atitudes que influenciam todos, e que se consideram responsáveis para com a ambição de construir um mundo melhor.

Estes acontecimentos, levaram a fortes impactos socioeconómicos e revelam cada vez mais que a responsabilidade é de todos, devendo inculcar as suas práticas na gestão das organizações (Calado, 2020).

Por outro lado, há indícios de irresponsabilidade social nas empresas. Estudos recentes revelam hipocrisia corporativa destacando o papel individual dos *stakeholders* com inferência nos reais motivos por detrás da RSC, definindo hipocrisia como a inconsistência entre as ações das empresas e o que elas transmitem (Chen et al., 2020).

Sendo a responsabilidade social um investimento nas pessoas a todos os níveis, as empresas devem integrá-la na sua estratégia global pois é um fator que reforça a sua capacidade competitiva e ajuda a consolidar a ação da mesma na comunidade em que está inserida, contribuindo para o seu desenvolvimento (Sousa, 2014). As empresas têm vindo a adaptar-se, reconhecendo a RSC como essencial para manter a vantagem competitiva num mercado exigente e informado (Kraus et al., 2020).

De acordo com este enquadramento, esta dissertação pretende focar-se no setor do azeite. A escolha de investigar a RSC no setor olivícola de Trás-os-Montes e Alto Douro foi motivada pela relevância do setor na economia local e pela sua influência na sustentabilidade regional. Dado o impacto significativo da olivicultura na vida económica e social da região (Cunha, 2014), pretende-se entender como as práticas de RSC são implementadas e percebidas pelas organizações e comunidades locais. Além disso, este estudo procura explorar como a RSC pode ser uma ferramenta para aumentar a competitividade e a resiliência das empresas do setor frente aos crescentes desafios da responsabilidade social e sustentabilidade.

Os objetivos deste estudo são múltiplos: compreender as práticas atuais de RSC no setor olivícola, analisar os fatores que incentivam ou dificultam a adoção dessas práticas e avaliar os impactos económicos, sociais e ambientais dessas ações. Para atingir esses objetivos, o estudo utiliza uma metodologia qualitativa e quantitativa, com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com representantes das organizações envolvidas no setor. A análise dos dados foi realizada com o apoio de ferramentas estatísticas, de modo a oferecer uma visão abrangente e detalhada sobre a implementação da RSC na região.

A estrutura da dissertação está organizada da seguinte forma: após esta introdução, a secção de Enquadramento Teórico aborda os conceitos fundamentais de RSC e sua evolução histórica, com destaque para as teorias relevantes e as práticas no contexto atual. A secção seguinte apresenta uma caracterização do setor olivícola em Trás-os-Montes e Alto Douro, seguido pela secção de Metodologia, que descreve os métodos e procedimentos utilizados. Os resultados obtidos são discutidos na secção subsequente, culminando com as conclusões, que sintetizam as principais descobertas do estudo e sugerem direções para pesquisas futuras.

1. Enquadramento Teórico

Nesta secção de enquadramento teórico, descreve-se o estado da arte da RSC, desde os modelos mais simples aos mais modernos da atualidade e a respetiva história e origens. São também discutidos alguns dos mais recentes impactos socioeconómicos que se relacionam diretamente ou indiretamente com a RSC. As questões éticas e a sustentabilidade têm também um destaque, assim como as normas e os instrumentos de medição das ações e medidas das organizações para a aplicação da temática em estudo, assim como as suas vantagens e desvantagens. Em conclusão relaciona-se a importância e os motivos da aplicação do tema no setor olivícola.

1.1 Conceito e Dimensões da Responsabilidade Social Corporativa

Dada a importância do tema, devemos recorrer a uma definição forte da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), e como ela se enquadra atualmente nas organizações (Sousa, 2014). Segundo o Livro Verde, “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas” apresentado pela Comissão Europeia em 2001, define a responsabilidade social como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na

sua interação com outras partes interessadas” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001, p. 7). Este é um conceito com fronteiras conceptuais ainda pouco sólidas e estabilizadas, assumindo dois significados, a dimensão externa que inclui as relações da empresa com a sociedade, ou seja, a sua relação com o meio envolvente e a dimensão interna, que se foca nos trabalhadores da empresa, nas condições de trabalho, remunerações, saúde, higiene, entre outros.

Esta perspetiva traduz uma abordagem renovada à empresa e aos seus mecanismos operacionais, caracterizada por uma visão mais abrangente, que dá maior atenção ao ambiente externo e reflete sobre os limites da atuação empresarial. Além disso, integra uma dimensão ética e social às vertentes relacionadas com a geração de riqueza e lucro da organização.

Uma das visões mais básicas da Responsabilidade Social Corporativa é descrita por Giddings et al. (2002), que associa o desenvolvimento sustentável às dimensões económica, social e ambiental, promovendo um equilíbrio entre todas (Giddings, 2002). Este desenvolvimento sustentável é representado através de três anéis interligados, como se apresenta na Figura 1.

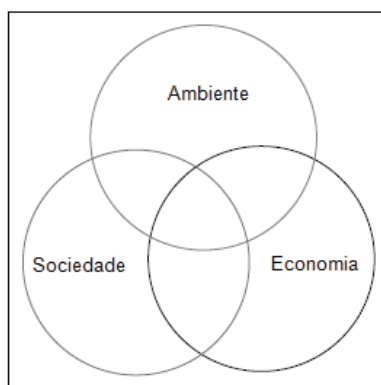


Figura 1. Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: Giddings et al. (2002, p.189).

Segundo o Conselho de Negócios Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*), o desenvolvimento sustentável baseia-se em três pilares inseparáveis e fundamentais, sendo eles a criação de riqueza económica, melhoramentos ambientais e responsabilidade social, destacando a importância da RSC como parte integrante desse processo (WBCSD, 1998), como representado no esquema da Figura 2.

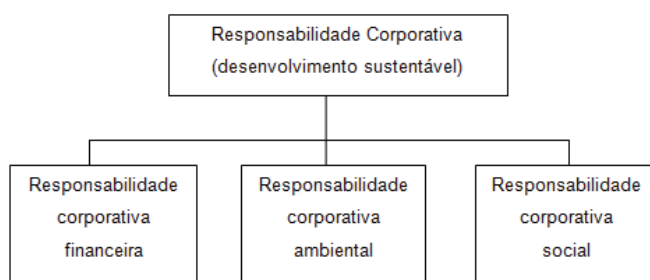


Figura 2. Representação esquemática sobre a Parte integrante do desenvolvimento sustentável.
Fonte: WBCSD (1998, p. 3).

Da mesma forma, a Comissão Europeia (COM, 2002), refere que a RSC está associada ao conceito de desenvolvimento sustentável, em que as organizações têm de integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental. Tal como referido por Maria Sousa, no seu artigo “A Responsabilidade Social das Organizações – fator de competitividade empresarial”, as empresas devem investir na responsabilidade social integrando-a na estratégia global da empresa, na certeza de ela ser um fator reforçador da sua capacidade competitiva e em simultâneo, ajuda a consolidar a ação da empresa na comunidade em que está inserida, contribuindo para o seu desenvolvimento e para melhorar a qualidade de vida dos seus membros (Sousa, 2014).

Um investigador que tem avançado nos estudos da RSC é Carroll (2016), referindo que a principal função de uma empresa consiste em criar valor através da produção de bens e prestação de serviços, gerando assim lucros para os seus proprietários e acionistas/sócios/associados e bem-estar para a sociedade, em especial através de um processo contínuo de criação de emprego (Carroll, 2016). O autor foi o criador da pirâmide da RSC, que representa graficamente as responsabilidades das empresas. A Pirâmide de Carroll é o modelo mais conhecido de RSC, inicialmente publicada em 1991 (Carroll, 2016).

As quatro categorias da RSC de Carroll, que deram origem à pirâmide, foram utilizados por vários teóricos diferentes (Swanson,1995; Wartick & Cochran,1985; Wood et al., 1991), obtendo reconhecimento significativo. A definição de Carroll de 4 partes da RSC foi a seguinte: “A responsabilidade social corporativa abrange as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias (filantrópicas) que a sociedade tem nas organizações em determinado período (Carroll A., 1991, pp. 500-501). Este conjunto de quatro responsabilidades cria uma base ou infraestrutura que ajuda a delinear com algum detalhe e a enquadrar ou caracterizar a natureza das responsabilidades das empresas para a sociedade da qual faz parte.

— Responsabilidade económica — Uma condição fundamental ou requisito de existência de um negócio é ter responsabilidade económica para com a sociedade que permita que os negócios sejam criados e sustentáveis. Isto porque é esperado que as organizações sejam capazes de se sustentar, obtendo lucro, atraindo outros investidores e continuando as suas atividades. Os negócios criam lucros quando estes geram valor, beneficiando todos os *stakeholders* do negócio. Praticamente todas as economias do mundo reconhecem a importância vital para as sociedades de empresas com fins lucrativos. Enquanto pensam nas suas responsabilidades económicas, as empresas adotam muitos conceitos de negócio que são direcionados para a eficácia financeira. Nos dias de hoje, e no ambiente hipercompetitivo dos negócios, o desempenho económico e a sustentabilidade tornaram-se temas críticos e urgentes. As empresas que não são bem-sucedidas nas suas esferas financeiras podem falir a qualquer altura e falhar as suas responsabilidades. Portanto as responsabilidades económicas são um requisito básico que deve ser a base encontrada no mundo empresarial competitivo.

— Responsabilidade legal — A sociedade não só sancionou os negócios como entidades, mas também estabeleceu o fundamento mínimo de regras sob as quais se espera que as empresas operem. Essas regras básicas incluem leis e regulamentos que refletem a visão da sociedade de

“ética codificada” em que eles articulam noções fundamentais de negócios justos e práticas estabelecidas pelos legisladores nas esferas federal, estadual e níveis locais. É esperado que as empresas cumpram com estas leis e regulamentos como condição de operação.

— Responsabilidade ética — As expectativas normativas da maioria das sociedades sustentam que as leis são essenciais, mas não suficientes. Além do que é exigido pelas leis e regulamentos, a sociedade espera que as empresas operem e conduzam os seus negócios de forma ética. Assumir responsabilidades éticas implica que as organizações adotem essas atividades, normas, padrões e práticas que mesmo não sendo obrigadas por lei, são esperadas. As empresas conduzirão os seus negócios de forma justa e objetiva mesmo nos casos em que as leis não orientem ou ditem cursos de ação. O objetivo dessas expectativas é que as empresas sejam responsáveis para com toda a gama de normas, padrões, valores, princípios e expectativas que refletem e honram o que consumidores, funcionários, proprietários e a comunidade consideram consistente com respeito à proteção dos direitos morais das partes interessadas. Assim, as responsabilidades éticas vão mais além das legais, em termos de princípios universais de moral como direitos, justiça e utilitarismo que devem guiar as decisões e práticas das empresas.

— Responsabilidades filantrópicas — A maioria das empresas envolve-se em atividades de filantropia como forma de demonstrar boa cidadania. Isso é feito para melhorar ou aumentar a reputação da empresa e não necessariamente por razões nobres. Historicamente a filantropia tem sido um dos elementos mais importantes nas definições de RSC e isso continua até hoje.

Estas quatro responsabilidades definem bem o que para as empresas é necessário (responsabilidades económicas e legais), esperado (responsabilidades éticas) e desejado (responsabilidades filantrópicas), representadas pelo modelo da pirâmide que se segue (Carroll A. B., 2016).

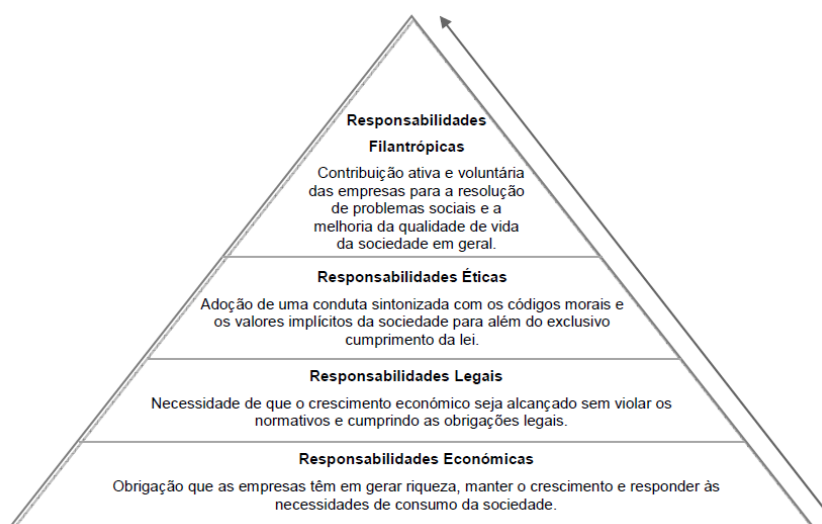


Figura 3. Responsabilidades sociais da empresa - Modelo Piramidal de Carroll.

Fonte: (Carroll, 1999, p 268).

Tal como representado na Figura 3, o autor entende que a responsabilidade económica está na base da pirâmide, em que os objetivos da empresa são obter lucro e ser necessária à sociedade,

isto é, ser útil e criar valor em forma de serviços ou bens. Imediatamente acima destaca-se a responsabilidade legal, em que a empresa tem de obedecer às leis e regulamentos impostos pelo país e sociedade. A seguir, as responsabilidades éticas entrando no domínio do justo e correto evitando conflitos com externos. E, no topo da pirâmide, encontra-se o conceito de filantropia, em que a empresa ou organização deve ser uma boa “cidadã corporativa” e apoiar a sociedade que deseja ser ajudada.

Em geral, a RSC tem sido tipicamente entendida como políticas e práticas que os empresários empregam para ter certeza de que a sociedade, ou as partes interessadas, exceto proprietários de empresas, são considerados e protegidos nas suas estratégias e operações das Questões Sociais da Gestão ou SIM (*Social Issues in Management*).

De acordo com uma perspectiva mais moderna, a responsabilidade social é uma preocupação que as organizações devem ter com a sociedade e com ações que promovam o desenvolvimento económico, cultural e social das populações, contribuindo para apoios a instituições, realização de eventos e atividades no seu meio (COM, 2002).

Existem duas visões de responsabilidade social: a Visão Clássica, em que as empresas existem para o único propósito de dar lucro, pagando os seus impostos e isso socialmente basta pelo efeito redistributivo dos impostos, contribuindo por essa via para a sociedade; a Visão Contemporânea em que as empresas devem ter em atenção a dependência da sociedade e do meio em que estão inseridas, pelo que devem promover atividades e eventos sociais (Mações, 2018).

Para Mações (2018), existem 4 áreas onde a responsabilidade social levanta mais preocupações:

- Responsabilidade para com os consumidores — a empresa não deve atuar contra os seus clientes. Por exemplo, deve assegurar a qualidade dos produtos, praticar preços justos, fornecer informação adequada sobre os produtos e promover a ética na publicidade.
- Responsabilidade para com os empregados — a empresa deve salvaguardar os direitos dos trabalhadores, segurança no trabalho, salários justos e desenvolvimento dos trabalhadores.
- Responsabilidade para com os investidores — os gestores não devem abusar das suas responsabilidades para com os investidores, nomeadamente com comportamentos irresponsáveis, podendo lesar os recursos da empresa, prejudicando os acionistas.
- Responsabilidade para com a sociedade e o ambiente — a empresa deve pensar na sua pegada ecológica e dar o tratamento devido aos resíduos resultantes da sua atividade.

A ética nos negócios compreende os comportamentos e a tomada de decisões dos gestores, tendo como base o conceito de moralidade nos negócios assumindo um papel fulcral no sucesso das relações da organização com o meio externo (Boyles, 2023). Os escândalos recentes em empresas mundiais, nomeadamente empresas americanas e até em empresas nacionais do setor bancário, reforçam a relevância do tema no contexto atual. A adoção de comportamentos éticos passou a ser uma exigência das sociedades modernas. Cada vez mais, as questões éticas e a moral das práticas empresariais assumem uma importância crescente, como os elementos decisivos no processo de

tomada de decisão. Assim, a ética na gestão empresarial preocupa-se com a verdade e a justiça, pelo que tem a ver com os seguintes fatores (Mações, 2018):

- As expectativas da sociedade;
- A concorrência leal;
- A publicidade;
- As relações-públicas;
- A liberdade do consumidor;
- O comportamento da empresa.

Para evitar comportamentos não éticos ou mesmo ilegais dos gestores ou colaboradores, muitas empresas adotam medidas que encorajam comportamentos éticos nas organizações. Têm elaborado códigos de conduta sobre a forma como a organização e os colaboradores se devem comportar nos negócios, mas a forma mais efetiva de assegurar comportamentos éticos na organização é criar uma cultura organizacional assente em padrões de comportamento, como o empenho da gestão na criação de uma conduta para todos os membros. A melhor forma de formalizar o empenho da gestão nas práticas de ética de gestão é adotar códigos de conduta escritos e instituir programas éticos que encorajem comportamentos éticos, devendo ser reportados comportamentos ou atividades menos éticas, como determinado pelo código de ética de algumas profissões mais reguladas como no caso dos auditores, pelas Normas Internacionais das Instituições Superiores de Auditoria (ISSAI, 2019).

Pode-se referir a falência da *Enron*, que representa um exemplo das graves consequências que podem advir da prevalência de práticas antiéticas e fraudulentas no seio de uma organização. Este caso salienta a importância primordial da integridade e da ética. A busca pelo lucro, desprovida de considerações éticas, pode conduzir a desfechos desastrosos, afetando não apenas a empresa, mas também todos os seus *stakeholders*, desde investidores até colaboradores e clientes, a sociedade em geral. Este caso foi considerado por muitos uma questão de números e transações, mas na realidade foi sobre a conduta humana, os valores éticos e morais (Gibney, 2005).

Enquanto a ética nos negócios está usualmente relacionada com dilemas éticos pelos gestores como indivíduos, a responsabilidade social está relacionada com as consequências éticas de políticas e procedimentos da organização (Mações, 2018).

A visão mais atual da RSC inclui a *corporate governance* além das outras dimensões, sendo definida, segundo Carroll & Buchholtz (2013), como o sistema de regras e condutas relativas ao exercício da direção e controlo de empresas. Este conceito exprime a relação de uma empresa com os seus acionistas e com as partes interessadas. Tratando-se de uma empresa que pertence a um sistema aberto, esta influência e é influenciada, isto é, todas as suas operações afetam a sociedade, assim o objetivo da empresa transcende a obtenção do lucro e procura a criação de valor, aumentando as preocupações dos gestores que têm de incluir as relações que estabelecem com a sociedade e ambiente (Carroll & Buchholtz, 2013).

Conforme define a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a *corporate governance* é um sistema através do qual as empresas são geridas (OCDE, n.d.).

Este conceito especifica quais os direitos e responsabilidades de todos os intervenientes da empresa, ganhando importância à medida que a posição das organizações na sociedade se foi alterando, visando rever certos comportamentos e necessidades de criar mecanismos de transparência na gestão das organizações (Carroll & Buchholtz, 2013).

Como se pode verificar, a RSC tem áreas muito abrangentes com diversos problemas e situações que devem ser falados e debatidos. A responsabilidade das empresas para uma mudança de paradigma em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade é crescente, especialmente diante da poluição, do sobreconsumo e das mudanças climáticas. As empresas desempenham um papel crucial, criando soluções e hábitos para um futuro mais sustentável (Agência Europeia do Ambiente, 2023).

1.2 A evolução do conceito de RSC e suas teorias

As abordagens iniciais sobre a responsabilidade social surgiram no século XIX durante a Era Industrial em que as questões sociais começaram a emergir através das consequências das empresas. A defesa dos direitos dos trabalhadores e o aumento da ameaça à natureza pela poluição e outros atos provocaram a imposição de alguns limites às empresas para que estas fossem responsáveis pelas suas ações. Naquela data, a responsabilidade social era uma “função social” em que os proprietários e industriais deveriam desempenhar a tal função dentro das suas empresas (Moura, 2004).

Nos primórdios do século XX ainda era dominante a visão dualista de patrão e operário, que posteriormente foi alargada para três partes, proprietários/acionistas, gestores e trabalhadores. Posteriormente surgiu a visão multidimensional incluindo os diversos *stakeholders* das empresas e todos os que influenciam e são influenciados pela empresa (Catroga, 2003).

Situações como a guerra no Vietnã, provocaram nos Estados Unidos da América, movimentos populares que se manifestaram pelas questões éticas e pela responsabilidade social corporativa (Pées, 2006), e já na década de 70, em França, sendo o primeiro país a estabelecer o Balanço Social como obrigatório para as empresas com mais de 750 trabalhadores (Monteiro, 2005), pelo que podemos concluir que a evolução do tema está relacionada com as alterações socioeconómicas e políticas.

A evolução da responsabilidade social foi morosa e longa, sobre crescente pressão social para que as práticas empresariais fossem socialmente responsáveis e que a temática fosse incluída nas estratégias das empresas (Guerra, 2015).

Como forma de dar a conhecer a evolução da responsabilidade social, encontra-se uma tabela no Anexo A com os principais contributos para o desenvolvimento da temática (Guerra A., 2003).

A criação do Livro Verde na Comunidade Europeia gerou um crescimento do tema da responsabilidade social nas empresas. Todas as definições descrevem o conceito como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das mesmas nas suas

operações e na sua interação com outras partes interessadas (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Para que as empresas sejam socialmente responsáveis, não podem apenas cumprir com as normas legais, mas sim investir no capital humano, na preocupação com o ambiente e nas relações com todas as partes interessadas. Ou seja, empresas que assumem a responsabilidade pelo seu impacto na sociedade. A RSC é cada vez mais importante para a competitividade das empresas e pode trazer benefícios em termos de gestão de riscos, de redução de custos, de acesso ao capital, nas relações com clientes, na gestão de recursos humanos e na capacidade de inovação, destacando dois aspetos decorrentes do Livro Verde, a reputação e a cooperação, os quais podem aumentar a competitividade e produtividade das empresas (Guerra, 2003).

O conceito de RSC não é muito claro, mas tem em consideração aspetos como os direitos fundamentais do homem, o combate à fraude e corrupção, a proteção dos consumidores ou a do ambiente, entre outros (Lopes J., 2002). O tema da responsabilidade social das empresas surgiu da necessidade de haver um espírito mais responsável que fosse de encontro com o conceito de desenvolvimento sustentável (Baylis & Smith, 2005).

A responsabilidade social empresarial está relacionada com a adoção de estratégias sustentáveis que, para além de considerarem o desempenho financeiro, têm em conta o impacto social e ambiental das suas operações. Este conceito assenta no princípio do desenvolvimento sustentável, que reconhece a interdependência entre crescimento económico, coesão social e preservação ambiental. Para assegurar às futuras gerações uma sociedade mais equitativa, um ambiente mais saudável e uma melhor qualidade de vida, é essencial promover um crescimento económico que contribua para o progresso social e respeite o meio ambiente (Guerra, 2015).

1.2.1 Teoria Neoclássica

Friedman (1970) foi um dos autores da teoria neoclássica. Este defendeu a responsabilidade social limitada definindo que o principal objetivo era a maximização dos lucros, sendo esse o principal propósito dos gestores, num contexto onde o chamado capitalismo social origina novas formas de relação entre as empresas e os seus *stakeholders* (Sousa, 2014). Considerou não legítimo a utilização de recursos dos proprietários em ações sociais, a não ser que fossem relevantes economicamente para a organização.

Numa outra perspetiva, Paul Samuelson, em 1971, argumentou que uma organização grande, não só poderá exercer a responsabilidade social, mas é melhor que o tente fazer (Carroll, 1991). Novos estudos como o de Rego (2007), sugerem a teoria de Friedman como “fundamentalista”, assim como Lama e Muyzenberg (2008) que alertaram para a focalização num único objetivo, o lucro. Já Davis (1973) refere que negócio só é viável se corresponder às expectativas da sociedade, pois só existe porque presta à sociedade, bens e serviços que esta necessita e valoriza. Além de que, se uma organização deixar de o fazer, outras tentarão, ganhado poder social. Conclui-se, que focar apenas no lucro, como sugeriu Friedman, não é suficiente para manter o poder e influência da organização (Davis, 1973).

Para Carroll (2016), já referido nas secções anteriores, a afirmação de Friedman inclui 3 dos 4 componentes da RSC, a económica, a legal, e ética, excluindo apenas a filantrópica. Mas dado o contexto em que Friedman viveu, eram poucos os gestores que incluem atividades filantrópicas na gestão da empresa.

Assim, a perspetiva da responsabilidade social limitada ao lucro, cumprimento da lei e remetendo para o mercado livre, a correção de desequilíbrios contribuiu para o aumento desses e tendeu a criar que o altruísmo das empresas é uma ilusão numa sociedade e mercado “livres”. Estamos, então na fase de rever estes processos e tomar consciência para a criação de um futuro mais sustentável que terá como responsáveis as empresas.

1.2.2 Teoria dos *stakeholders*

Outra teoria, a dos *stakeholders*, sugere que as organizações têm responsabilidades para com os vários grupos de interesse que afetam ou pelo qual são afetadas, além dos acionistas e investidores, devendo, reivindicação ou interesse nas operações e decisões da empresa, incluídos aí os investidores, clientes, funcionários, fornecedores, comunidade, e grupos sociais (Lantos, 2001).

As responsabilidades destas partes interessadas, deverão, na opinião de Rego et al. (2007), ter um comportamento ético e de responsabilidade social na comunidade, e afirmar que a empresa é responsável pelas suas ações e não se limita ao cumprimento da lei, nem o lucro, mas sim como se comporta com os vários *stakeholders*.

Constatamos que a visão da empresa reduzida apenas ao lucro é muito limitada e desenquadrada atualmente e a visão que enaltece o propósito da empresa para com os interesses de todos os *stakeholders*, pode conduzir a situações injustas. É necessário um equilíbrio para que as decisões sejam mais assertivas e que conduzam a benefícios, sem prejudicar outras partes envolvidas, procurando o equilíbrio na satisfação dos interesses dos vários *stakeholders* (Rego et al., 2007). Assim, esta teoria baseia-se no conceito de interdependência em que as decisões devem ser bem ponderadas pois afetam todos os envolvidos.

Com base em Carroll (1991), o termo *stakeholder* refere-se a grupos ou pessoas que têm interesse num dado investimento contribuindo assim para o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, segundo Sousa (2014), a responsabilidade social das organizações implica a conjugação de dois fatores, a função social da empresa e a cidadania empresarial. A primeira e fundamental responsabilidade da empresa será manter-se no mercado, contribuindo para a sociedade na geração de valor, trabalho e emprego e na melhoria da qualidade de vida em função dos produtos que gera e das suas atuações em relação aos diferentes *stakeholders* (Sousa, 2014).

Em matéria de síntese, apresenta-se em seguida a Tabela 1 que representa os pontos de vista sobre o papel das empresas na sociedade.

Tabela 1. Espectro dos pontos de vista sobre o papel das empresas na sociedade.

Autor	Posição face ao papel da empresa na sociedade	Visão
Albert Carr (1996)	Maximização do lucro pura – Responsabilidade Social Corporativa (RSC) económica: o mundo dos negócios tem padrões de ética mais baixos do que a sociedade e não tem qualquer responsabilidade social exceto a da mera obediência à lei.	Clássica
Milton Friedman (1970)	Maximização do lucro forçada – RSC económica: a empresa deve maximizar a riqueza dos seus acionistas, obedecer à lei e ser ética.	
Edward Freeman (1984)	Visão socialmente consciente – RSC ética: as empresas devem ser sensíveis às consequências potencialmente prejudiciais das suas ações nos vários grupos de <i>stakeholders</i> .	<i>Stakeholder</i>
Archie B. Carroll (1991)	Visão de serviço à comunidade/perspetiva da performance social da empresa – RSC altruísta: a empresa deve usar os seus vastos recursos em prol do bem social.	

Fonte: Adaptado de Lantos (2001, p. 602).

1.3 A Responsabilidade Social Corporativa e a atualidade

A RSC está sempre à nossa volta, especialmente durante este último século XXI. Num mundo onde tudo está altamente conectado, temos vários exemplos de boas e más práticas de RSC. Neste ponto, estão acontecimentos recentes que levantam atenção nesta matéria.

Começando pela perturbação recente no mundo e na humanidade que foi a pandemia do COVID-19, que resultou de um vírus que causou diversos problemas socioeconómicos, exigiu grandes mudanças do comportamento e criou mudanças na saúde e economias gerando grandes preocupações para muitas pessoas. Atualmente, não sabemos ao certo, o custo que esta doença representou para a humanidade. Não houve nenhum negócio, sector ou economia que não tenha sido afetado, levando a decisões de curto prazo para “emendar” problemas, que podem ultrapassar os valores da RSC (Prowly, 2021).

Um estudo elaborado por Simonyan & Smith (2020), verificou algumas práticas antiéticas, tais como as práticas de *marketing* que foram muito mais antiéticas durante o isolamento. Durante o isolamento, a utilização de redes sociais intensificou-se assim como o *marketing* nas mesmas, que provocou efeitos negativos (Simonyan & Smith, 2020).

Mas, com um problema veio uma solução, o teletrabalho começou a ser necessário, trazendo vantagens, maior segurança em trabalhar em casa, menor tempo de deslocamento e menos gastos com transporte, redução de atrasos. Para muitos, tornou-se uma solução mais viável e mais confortável. Mas, há também algumas desvantagens pois, o regime *online* é diferente do presencial, motivando a falta de concentração, o facto de estar sempre conectado, provocando *stress* e fadiga (Almeida et al., 2021).

Um grande exemplo de responsabilidade social ocorreu no Brasil em que 85% dos mais de 7 mil milhões de reais brasileiros (aproximadamente 1,6 mil milhões de euros) doados para fazer frente à pandemia de Covid-19 vieram de empresas. Cenário em que a responsabilidade social e a filantropia triunfaram (Vergueiro et al., 2021).

Todos estes exemplos, representam, de alguma forma, uma contribuição para a responsabilidade social, as empresas tomaram atitudes de condenação para com atos antiéticos, apesar de com isso perderem um grande mercado. Isto mostra que grandes empresas se preocupam com as circunstâncias, do mundo e da atualidade.

Não bastando a crise que uma nova doença provocou no mundo, acresce agora um problema ainda mais recente, a guerra na Europa, com a invasão da Ucrânia reivindicada pela Rússia. Com esta perturbação, e sendo a Rússia produtora de recursos naturais tais como o petróleo e o gás natural, leva a que os preços destes recursos aumentem e que por sua vez, se reflita no resto dos bens, originando outro grave problema económico, a inflação (Orhan, 2022).

Recentemente a inflação tem estado a 7,9%, máximos históricos desde 1980, com base em políticas monetárias erradas, impasses logísticos, uma pandemia global e a crise geopolítica na Europa. Depois de 20 anos de inflação moderada e controlada nos 2%, este risco emergente é um problema urgente a resolver para os investidores e empresas (Marotta, 2022). Resta saber quais as empresas que conseguirão resistir aos impactos dos últimos anos.

Segundo o Banco Central Europeu (BCE), numa nota explicativa de 16 de novembro de 2021, explica que são três as principais razões para o aumento da inflação: a rápida reabertura da economia, os preços mais altos dos produtos energéticos que fazem subir a inflação e o que os estatísticos designam “efeitos de base”. Mas, também segundo a mesma nota, o BCE previa que a inflação descresse no decurso de 2022, explicando que a oferta subiria gradualmente em resposta à procura, os mercados esperavam que os preços dos produtos energéticos descessem no próximo ano e que os efeitos de base deixassem de ser incluídos na comparação dos preços de ano para ano, utilizada para medir a inflação (BCE, 2021). Talvez seja necessária uma reflexão sobre as formas de controlar a inflação tendo em conta os novos desafios que a sociedade enfrenta.

A sociedade tem sido socialmente irresponsável, principalmente na forma como age num mundo partilhado por todos. Os nossos comportamentos têm-se vindo a refletir nas alterações climáticas que se intensificam ano após ano. A mudança climática à escala global, particularmente nos últimos 50 anos, verifica-se também em Portugal, bastante suscetível, pela sua posição geográfica. Sendo o clima mediterrâneo um clima de transição entre grandes zonas climáticas, é por isso marcado por forte variabilidade inter-anual e com grande suscetibilidade a mudanças climáticas impostas por variações na dinâmica atmosférica (Ganho, 2019).

Segundo Ganho (2019), verifica-se um aumento das temperaturas, da frequência, intensidade e duração das ondas de calor, em particular nas regiões do interior, e uma maior variação, de ano para ano, dos valores de precipitação, com secas mais acentuadas e prolongadas, a par com episódios de maior quantidade e intensidade de chuva. Particularmente para o setor olivícola são

ameaças severas. Como tal, nos últimos 50 anos tem-se assistido a uma valorização do clima como parte integrante e ativa nas questões ambientais e do ordenamento do território, bem como recurso natural e energético.

Convergindo para a indústria de produção de azeite, destaca-se que o setor gera uma grande quantidade de efluente residual designado de águas ruças, representando um sério problema ambiental devido à elevada resistência à biodegradação, provocando efeitos ambientais negativos (Oliveira, 2013).

Como tal, é necessário haver uma consciencialização, por parte da indústria, para com este problema. A preocupação com uma solução é prioridade e um exemplo de RSC que deve ser louvado, ou por outro lado, a sua despreocupação, leva a comportamentos antiéticos e de irresponsabilidade social corporativa. É, portanto, necessária a ética corporativa incluída nos comportamentos das organizações contribuindo para todos e, assim para a sustentabilidade das gerações futuras, que iremos abordar no ponto seguinte.

1.4 Ética, responsabilidade social e sustentabilidade

A definição de RSC sugere o conceito de ética e responsabilidade social nas organizações e na gestão das mesmas. A ética referindo-se ao comportamento individual dos gestores e dos colaboradores no local de trabalho e a responsabilidade social das organizações às várias formas pelas quais as organizações procuram equilibrar os seus interesses com as várias partes interessadas (Mações, 2018).

A denominada ética organizacional, trata-se de valores morais, comportamentos e regras aceites pela comunidade envolvente (Borrego & Rossini, 2021), e que segundo outros autores é orientada por princípios jurídicos de natureza legal e por princípios de natureza social, de acordo com os valores da organização (Baier et al., 2020).

Isto vai de encontro ao conceito de cidadania empresarial, ou seja, capacidade de as empresas protegerem o seu ambiente físico e social e demonstrarem responsabilidade pelo destino e estabilidade da comunidade onde se inserem, pois, quando a empresa pratica ações de responsabilidade social, demonstra preocupação, o que pode ser benéfico para a comunidade e para a empresa, aumentando a credibilidade e o valor social dos seus produtos. Assim, a “responsabilidade social ultrapassa a fronteira das impressões legais e é um investimento nas pessoas a todos os níveis” (Sousa, p. 8, 2014).

Ambos os conceitos até agora referidos, levam a um resultado lógico e esperado, a sustentabilidade. Este é um dos objetivos de maior importância para as organizações que se preocupam com a responsabilidade social, pois sustentabilidade é conhecida pela missão de garantir a sobrevivência de gerações futuras. Tema bastante debatido nos dias de hoje, e que pode ser medido através dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Compostos por 169 metas com prazos sustentados, estes objetivos têm uma relevância universal para todas as partes interessadas e países. Esta agenda não pode ser realizada sem a ação do

mundo empresarial. Assim, o setor privado tem um papel fulcral como fonte de financiamento, impulsionador de inovação e motor do crescimento económico e do emprego. Devendo também gerir os impactos sociais negativos referindo-se aos direitos humanos, que deve ser prioridade para qualquer empresa.

Segundo o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD), que desenvolve formações sobre a implementação dos ODS nas empresas, “Só conseguiremos concretizar os objetivos conjuntos de crescimento a longo prazo e de prosperidade partilhada através de uma colaboração entre todos os setores da sociedade” (BCSD, p.19, 2022).

1.5 Normas e instrumentos de *accountability* da RSC

Dada a importância do tema, existem instrumentos que podem ser usados para avaliar e verificar as ações das empresas em prol da responsabilidade social. Para isso existem normas que permitem certificar e mensurar a RSC. Tem havido uma preocupação crescente da gestão das organizações relativamente aos temas da RSC, que independentemente do setor de atividade das empresas, estas adotem práticas socialmente responsáveis. As práticas da responsabilidade social podem ter caráter normativo e podem ser muito variadas. Existem 3 normas aplicadas em Portugal, a SA 8000- *Social Accountability*, a NP 4469-1: 2008 e a NP ISO 26000: 2011 (Oliveira, Ferreira, & Lima, 2015). O objetivo destas normas é assegurar o compromisso das empresas com a redução de impactos ambientais e desigualdades sociais. Como tal, as certificações propõem guias que ajudam a planear as suas ações, garantindo que estas estejam direcionadas para os valores, éticas sociais e para a sustentabilidade.

Para maior simplicidade de compreensão e leitura, identificam-se sucintamente as normas mais referenciadas na Tabela 2.

A *Global Reporting Initiative* (GRI), fundada em 1997, organização internacional independente, que presta auxílio às organizações para assumirem responsabilidade pelos seus impactos, munindo-as de um modelo e linguagem universal para o reporte desses impactos através dos padrões GRI (Initiative, 2022).

As normas do *Global Report Initiative* (GRI), estruturadas como um conjunto de diretivas individuais que se relacionam, permitem conceber um relatório de sustentabilidade fornecendo à empresa uma visão alargada dos tópicos materiais e seus respetivos impactos. A organização pode optar por usar todas ou parte das normas GRI para relatar informações específicas.

Os relatórios de sustentabilidade são documentos que as empresas utilizam na divulgação das suas práticas nas vertentes económicas, ambientais e sociais. Segundo Rego et al. (2007), cada vez mais os *stakeholders* desejam saber como a empresa se comporta de uma forma geral, não bastando a análise dos domínios económicos e financeiros (Rego et al., 2007).

Adicionalmente, uma recente investigação aborda que existem modelos que orientam empresas internacionais no reporte da informação, mas tornam-se complexos na medida em que não há *know-how* para adaptar numa perspetiva micro ou pequena. Assim, o estudo revela existir um

modelo de relato de sustentabilidade adaptado às pequenas e médias empresas (PME), demonstrando que apesar das limitações de recursos, estas podem beneficiar da elaboração de relatórios de sustentabilidade melhorando a imagem e fortalecendo relações com *stakeholders* (Pinto, 2023).

Pinto (2023), revela que as PME em Portugal não têm como prática a realização destes relatórios, apresentando como motivo principal a complexidade do relatório e a necessidade de haver um modelo mais simples para as empresas.

Tabela 2. Resumo das normas de responsabilidade social corporativa adotadas.

Norma/ Tipo de Norma	Ano	Objetivo	Definição de Responsabilidade Social	Temas	Vantagens	Desvantagens
SA 8000 - Norma internacional certificável; - Norma de um sistema de gestão.	1997	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer padrão de atuação relativamente à proteção dos trabalhadores de uma organização e da sua cadeia de fornecedores. 	Não dispõe	<ol style="list-style-type: none"> Trabalho infantil Trabalho forçado e compulsório Saúde e Segurança Liberdade de associação e direito à negociação coletiva Discriminação Práticas disciplinares Horário de trabalho Remuneração Sistemas de gestão 	- Norma de requisitos certificável; - É convergente com a OIT e outras convenções sobre condições de trabalho; - Promove a melhoria das condições de trabalho; - É uma norma internacional.	- Foco na responsabilidade social interna e fornecedores que estão sob a esfera de controlo e influência a organização; - Certifica organizações.
NP 4469 - 1: 2008 - Norma internacional certificável; - Norma de um sistema de gestão.	2008	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar e orientar as organizações para uma atuação socialmente responsável, no contexto dos desafios do desenvolvimento sustentável. 	Responsabilidade de uma organização pelos impactos das suas atividades na sociedade e no ambiente, através de um comportamento ético e transparente que seja consistente com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade; tenha em conta as expectativas dos <i>stakeholders</i> ; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as normas de conduta internacionais.	<ol style="list-style-type: none"> Governo das organizações Direitos humanos Práticas laborais Ambiente Práticas operacionais Consumidores Desenvolvimento da sociedade 	- Segue o alinhamento da ISO 26000, abrangendo a CSR interna e externa - É uma norma de requisitos certificável - Assenta num sistema de gestão, modelo PDCA - É compatível com os referenciais da Qualidade, Ambiente e Segurança.	- Não é reconhecida internacionalmente

Tabela 3. Resumo das normas de responsabilidade social corporativa adotadas (Cont.).

Norma/ Tipo de Norma	Ano	Objetivo	Definição de Responsabilidade Social	Temas	Vantagens	Desvantagens
NP ISO 26000: 2011 - É uma norma internacional não certificável; - São linhas de orientação da CSR.	2010	<ul style="list-style-type: none"> Ajudar as organizações a contribuírem para o desenvolvimento sustentável, encorajando-as a agir para além da conformidade legal. 	Responsabilidade de uma organização pelos seus impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no ambiente, através de uma conduta ética e transparente que: - Contribua para o desenvolvimento sustentável, incluindo saúde e bem-estar da sociedade; - Tenha em conta as expectativas das partes interessadas; - Esteja em conformidade com a lei aplicável e seja consistente com as normas internacionais de conduta; - Esteja integrada em toda a organização e seja praticada nas suas relações.	1. Governação organizacional 2. Direitos humanos 3. Práticas laborais 4. Ambiente 5. Práticas operacionais justas 6. Questões relativas ao consumidor 7. Envolvimento e desenvolvimento da comunidade.	- Possibilidade de realização de autoavaliação, por entidade externa, podendo culminar com a garantia de que a norma foi implementada; - Foca-se em sete temas, desde os direitos humanos até à comunidade; - Apesar de não certificar o sistema de gestão, organiza o que já existe; - Reconhecimento da ISO como entidade produtora de normas fiáveis: foca-se em práticas, não em processos; - É uma norma internacional.	- Destina-se a ser utilizada como guia e não como suporte à certificação.

Fonte: Relatório de responsabilidade social: a normalização Nacional e Internacional (2012).

O investimento na responsabilidade social por parte das empresas pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade e para as empresas. Estas podem definir estratégias que englobem objetivos como o lucro e o crescimento com a responsabilidade social. A realização destas práticas é uma oportunidade de promover o bem-estar da sociedade e de adicionar valor à empresa.

De outra forma, a Responsabilidade Social envolve toda a área de influência e cadeia produtiva da empresa, podendo ser um fator de competitividade, de forma a conquistar o mercado. A implementação de práticas de responsabilidade social pode melhorar o desempenho e a sustentabilidade a médio e longo prazo da empresa, proporcionando, valor acrescentado para a imagem da empresa, motivação dos clientes internos posição influente nas decisões de compras, vantagem competitiva, facilidade no acesso ao capital e financiamento, influência positiva na cadeia produtiva, reconhecimento dos empresários e melhoria do clima organizacional, entre outros (Sousa, 2014).

Por exemplo, para Rego (2007) ao incluir o desenvolvimento sustentável no paradigma económico vigente, há efeitos positivos no controlo da poluição, utilização de outras fontes de energia e a uma consciência maior, por parte das empresas, relativamente aos benefícios que podem advir da colaboração com outros grupos de interesses, para além dos investidores e acionistas. Mas o paradigma vigente não mudou, uma vez que as ações desenvolvidas com vista ao desenvolvimento sustentável, só são levadas a cabo se forem financeiramente apelativas. Mudar o paradigma abdicando de benefícios materiais com o objetivo de ter uma sociedade mais justa, um ambiente mais saudável e um futuro mais seguro para futuras gerações será um desafio.

Segundo Sousa (2014), muitas empresas transmitem uma falsa ideia de preocupação com a qualidade de vida da sociedade e satisfação do consumidor, mas a ausência de valores relativos à responsabilidade social na sua cultura e a falta de comprometimento, causa inconsistência no comportamento da empresa. Assim, dependendo das ações das empresas, o exercício da cidadania empresarial e investimentos sociais podem garantir a subsistência das empresas no longo prazo (Sousa, 2014).

Mas nem tudo são vantagens, existem barreiras à implementação de práticas de RSC, e os principais impedimentos remetem para a pressão dos media e toda a opinião social negativa que isso possa gerar, provocando custos para as empresas ao nível financeiro e de imagem. Além disso, a legislação faz com que o processo seja burocrático onde os governos deveriam assumir um papel mais relevante em prol das empresas socialmente responsáveis (Guimarães et al., 2022).

Mais barreiras que impedem as organizações de avançar são os recursos financeiros limitados, a falta de preocupação dos colaboradores e administradores, a preocupação com a reputação da empresa e a regulamentação governamental. Para além destas, identifica-se ainda a falta de consciencialização dos *stakeholders*, a falta de informação da RSC, a falta de conhecimento do cliente, a cultura da empresa e diferentes formas entre países e empresas na sua implementação.

A ausência de tempo de planeamento por parte da gestão, a falta de envolvimento das partes interessadas, a escassez de recursos económicos, incluindo subsídios do estado e ainda a ausência

de uma visão do meio externo que permita o aproveitamento de oportunidades que agreguem valor são barreiras mais objetivas e, naturalmente desvantagens da RSC (Guimarães et al., 2022).

Como apoios à implementação das temáticas da RSC nas organizações, tem havido uma dinamização crescente por pressão social (Guimarães et al., 2022), e por entidades, sobre alçada do Estado, que apoiam as organizações, como é o caso do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais), Agência para a Competitividade e Inovação, que elaborou um guia para a implementação, intitulado “Primeiros Passos: Guia para a Responsabilidade Social nas Empresas”, retratando vários aspetos desde a missão, visão e valores, aos sistemas de organização internos que permitem uma forma de fazer processos mais responsáveis socialmente (Grace, 2004).

Uma recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023 estabeleceu um conjunto de medidas destinadas a promover a responsabilidade social das empresas em Portugal. As medidas incluíram a criação de incentivos fiscais para atividades que promovam a sustentabilidade e o bem-estar social, além de estabelecer diretrizes para a implementação de práticas de responsabilidade social nas empresas. A resolução também sublinha a importância da integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas estratégias empresariais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 12 de janeiro. Diário da República n.º 7/2023, Série I.

Além disso, as empresas podem obter certificação de responsabilidade social e participar em prémios que reconhecem boas práticas. O governo e entidades como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou a Associação Portuguesa da Ética Empresarial (APEE), fornecem apoio técnico e consultoria para ajudar as empresas a implementarem práticas responsáveis e sustentáveis.

Na forma de guias, apoios e incentivos ao investimento, o Estado contribui indiretamente para a RSC nas organizações em Portugal, tendo um papel relevante no desenvolvimento nestas áreas.

1.6 Importância da responsabilidade social corporativa no setor olivícola

O setor olivícola é um dos mais antigos do mundo, sendo os países da União Europeia os maiores produtores de azeite (68.1% da produção mundial), destacando a Espanha e Itália com 46,1% e 9.1%, respetivamente. Segundo dados da IOOC (2021), a produção de Portugal tem vindo a aumentar até aos atuais 3,3%. O consumo do azeite beneficia a saúde humana, a redução do risco de doenças coronárias, prevenção do cancro e modificação das respostas imunes e anti-inflamatórias. A incidência deste tipo de problemas de saúde é menor nos países com maior consumo de azeite (Itália, Espanha e Grécia) que seguem a dieta mediterrânica (Oliveira, 2013). O azeite é considerado uma gordura saudável e o seu consumo manteve-se estável ao longo dos tempos devido às designadas “dietas mediterrâneas” que aliam o consumo de azeite a um estilo de vida saudável (Reis, 2016).

O impacto ambiental da produção de azeite é considerável devido às elevadas quantidades de água e, por consequência, os seus efluentes, que segundo Reis (2016), ainda não existe um método

eficaz para tratar os mesmos, vulgarmente denominados por águas ruças. Estas são caracterizadas por conterem sólidos suspensos, cor escura, turbidez, mau-cheiro e elevada carga orgânica, que quando libertada no ambiente provoca danos graves nas águas e na qualidade dos solos.

Por este motivo, deveria haver algum tipo de reporte destas atividades e um tratamento adequado para estes efluentes, tal como há empresas, que segundo Lopes (2021), apesar de serem poucas, divulgam relatórios de sustentabilidade usando o método *Global Reporting Initiative*, já referido na secção 1.2. dos instrumentos da RSC, em que constam informações da preservação ambiental, desenvolvimento de atividades de proteção ambiental, certificações de gestão ambiental, utilização e descargas de água, resíduos produzidos e utilização de materiais reciclados (Lopes, 2021).

Neste setor deve estar presente a economia circular, pois é uma atividade que começa na simples agricultura, com a plantação das oliveiras, na apanha da azeitona e na manufatura do azeite, da qual resultam diversos subprodutos, como as borras do azeite, o caroço ou bagaço (restos de cascas e polpa da azeitona), que podem ser aproveitados, daí advindo a extração do óleo refinado. Um estudo de 2018 revela que há uma relação entre a economia circular e o sistema de gestão ambiental no setor e existe uma elevada oportunidade para a criação de sinergias entre estes conceitos ao nível da cadeia de valor, permitindo que seja possível aumentar o seu potencial (Seco, 2018), o que leva a concluir que o conceito de economia circular é aplicável neste setor. Desta forma, a sustentabilidade beneficiaria com estas sinergias, e as organizações do setor estariam a contribuir para a responsabilidade social corporativa.

Introduzindo o conceito sustentabilidade, é necessário abordar o tipo de transformação que os diversos lagares têm, destacando-se 2 tipos: o lagar de três fases, com o inconveniente de consumir muita água e gerando muitos efluentes que têm de ser tratados antes de haver um encaminhamento para o saneamento público; o lagar de duas fases, o mais recente, que tem a inconveniência de gerar grande quantidades de bagaço húmido dificultando a extração de óleo a jusante da cadeia produtiva, o consumo de água é inferior, fazendo a reutilização das águas ruças (Cunha, 2014).

Desta forma, o tipo de lagar influencia diretamente os subprodutos que a produção de azeite gera, sendo que uma modernização com o adequado tipo de transformação, poderá significar num setor mais sustentável e amigo do ambiente (Gullón, et al., 2020).

Descrevendo o setor olivícola, segundo a análise setorial do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), a União europeia é responsável por 76% da produção mundial de azeite, sendo que os principais produtores são Espanha, que produz um terço de toda a produção mundial. O setor do azeite na Europa é dominado por quatro países produtores: Espanha (78%), Itália (8%), Grécia (9%) e Portugal (5%).

Portugal beneficia de ótimas condições climáticas para este tipo de cultura, sendo o azeite uma figura predominante na sua gastronomia. Cerca de 40% da área de olival está concentrada em cerca de 2.000 explorações, resultado do dinamismo e progresso tecnológico que beneficia de economias de escala.

Entre 1998 e 2018 o número de lagares diminuiu, passando de 886 para 486, devido a exigências higiénico-sanitárias e ambientais relacionadas com o licenciamento (Gabinete de Planeamento, 2020).

O azeite transmontano é o resultado de uma mistura de diferentes cultivares, com características organoléticas únicas, muito importante do ponto de vista económico, propiciando postos de trabalho e mais valias, e do ponto de vista social dinamiza uma região por vezes esquecida. O produto é reconhecido nacionalmente e a nível mundial, estando sobre uma Denominação de Origem Protegida (DOP) e a sua produção encontra-se sobretudo nos concelhos de Mirandela, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros e Alfândega da Fé (Cunha, 2014).

A Figura 4 resume o processo dos possíveis destinos da transformação da azeitona em azeite.

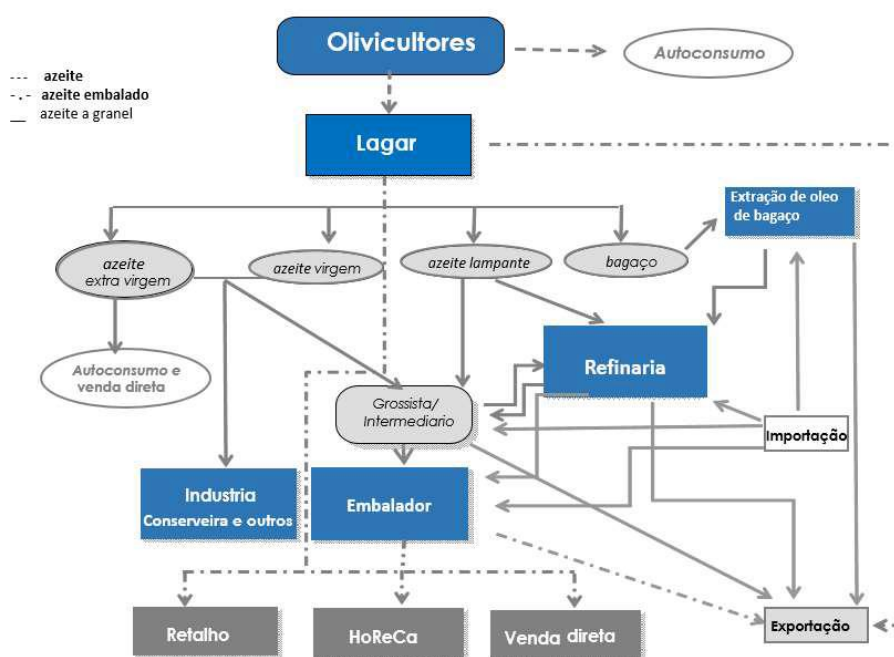


Figura 4. Destinos da transformação da azeitona em azeite.
Fonte: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2020).

No geral, os olivicultores, sócios ou particulares entregam a sua azeitona à cooperativa ou lagar para sua transformação em azeite. Este, de acordo com a sua qualidade, é classificado em Azeite Virgem Extra (acidez < 0,8%, sem defeitos organoléticos), Virgem (acidez < 2,0% e defeitos organoléticos ligeiros) ou Lampante (acidez > 2 e defeitos organoléticos acentuados) (Regulamento (CEE) Nº 2568/91, da Comissão de 11 de julho de 1991- Anexo I).

O azeite Lampante, produto de inferior qualidade, só pode ser comercializado após ser submetido às operações de refinação, a fim de eliminar as características indesejadas, como acidez elevada ou cheiros e sabores anormais. O azeite refinado assim obtido pode ser misturado com azeite virgem resultando daí o terceiro tipo comercial designado por "Azeite".

Este setor de atividade produz ainda bagaço de azeitona, subproduto da produção do azeite (resíduo sólido da moagem composto por cascas, resíduos da polpa e fragmentos do caroço da

azeitona). Este subproduto pode ser sujeito a tratamentos com solventes ou a processos físicos para extração de alguma gordura, resultando o óleo de bagaço de azeitona bruto, que por sua vez pode sofrer refinação, originando o óleo de bagaço de azeitona refinado (Reis, 2016).

O bagaço de azeitona é também utilizado para alimentação de caldeiras do setor e aquecimento de indústrias e habitações.

As categorias “Azeite Virgem Extra” e “Virgem”, destinam-se a autoconsumo e venda direta (granel, indústria ou embalamento). O autoconsumo, muitas vezes é direcionado aos sócios ou particulares que colocaram a sua produção de azeitona para transformação em azeite e/ou venda direta ao público (Cunha, 2014).

2. Metodologia de Investigação

2.1 Natureza e objetivos do estudo

A presente investigação procura compreender se o setor olivícola da região de Trás-os-Montes se preocupa com a RSC e aplica algumas normas, práticas e efetua reportes, de modo a verificar se há alguma responsabilização e preocupação com os quatro pilares da RSC presentes no modelo piramidal de Carroll (2016). Pretende-se verificar a adoção de práticas exemplares por parte das organizações como o caso das empresas que doaram capital em detrimento de um bem comum (Vergueiro et al., 2021), ou por outro lado, comportamentos menos éticos como o aproveitamento de períodos sensíveis para a obtenção de lucro (Simonyan & Smith, 2020).

Pretende-se analisar a responsabilidade social que as organizações adotam e se as suas estratégias consideram aspetos relacionados com o tema, não valorando apenas o desempenho económico financeiro, mas também a preocupação com a sustentabilidade e ambiente (Carroll A., 1991). Atitudes responsáveis que vão de encontro com a responsabilização das empresas para com a sustentabilidade (Baylis & Smith, 2005), e, tendo em conta a área da atividade, praticam uma

economia circular com o aproveitamento de subprodutos e a contribuição para a redução do consumo de água, contribuindo para uma produção sustentável (Cunha, 2014).

Não só a preocupação com a sustentabilidade e ambiente, mas também com a sociedade e as relações estabelecidas. Há externalidades que podem ser negativas ou positivas consoante a tomada de decisão das organizações, a criação de valor para a sociedade é relevante para a sua persistência no mercado, transcendendo a obtenção do lucro como único objetivo (Carroll & Buchholtz, 2013). O presente setor é caracterizado por ter trabalhadores com baixa formação, relevando a importância da proteção dos direitos fundamentais do homem e a sua relação com a sociedade em geral (Lopes J., 2002).

Assim, os objetivos do estudo (OE) foram os seguintes:

OE₁: Perceber o grau de importância para com a RSC é mais elevado nas cooperativas que nas empresas privadas;

OE₂: Perceber se a componente económica pesa mais do que as componentes sociais ou ambientais;

OE₃: Verificar se a organização tem relatório de sustentabilidade e faz o reporte das suas práticas dos diferentes pilares da responsabilidade social;

OE₄: Perceber se os apoios externos (Estado e União Europeia) são suficientes para investir em questões da RSC;

OE₅: Perceber se as empresas de maior dimensão apresentam um maior grau de importância ao nível da RSC.

2.2 Abordagem Metodológica e Contexto Empírico da Investigação

Com a definição dos objetivos, o trabalho empírico realizado teve como base um estudo descritivo de natureza quantitativa e qualitativa, com a finalidade de mensurar os comportamentos e opiniões da população em estudo (organizações do sector olivícola).

Dado que se trata de um estudo de caso coletivo, a recolha de informação foi feita através de entrevistas, com suporte de um questionário *online* e análise documental, pois este dá a possibilidade de se quantificarem os dados e analisar correlações, relevantes para dar resposta aos objetivos deste estudo.

O questionário, em formato digital *Forms* da *Microsoft*, foi realizado em simultâneo com a entrevista, possibilitando enriquecê-la em termos de dados e informações relevantes para o estudo. O questionário foi aplicado nos meses de agosto e setembro de 2022 e as entrevistas foram realizadas no decorrer do mês de setembro de 2022.

O questionário (Anexo B) é constituído por duas partes: na primeira pretende-se caracterizar a organização e a pessoa que respondeu ao questionário. A segunda parte, está centrada na temática

da Responsabilidade Social Corporativa, desde o conhecimento, importância atribuída a algumas das responsabilidades, normas em uso na organização, importância atribuída a vários aspetos relacionados com a gestão, existência de relatórios de sustentabilidade, reporte e subprodutos derivados dos resíduos, apoios por parte do estado, etc.

Em simultâneo com o questionário, foi realizada a entrevista com o objetivo de explorar os problemas do setor e enriquecer o estudo numa perspetiva exploratória. Recorrendo a um guião (Anexo C) foram feitas as questões e tratadas as respostas de caráter exploratório recorrendo a uma análise descritiva da informação recolhida da forma mais resumida possível.

Neste seguimento, foi estabelecido o contacto com algumas organizações que possibilitaram abertura para a informação a tratar.

2.3 Escolha das organizações e do local de estudo

O azeite é um produto muito antigo, presente em várias culturas e no que diz respeito a Portugal, este bem alimentar, ocupa um lugar importante no comércio externo. Este setor sofreu desenvolvimentos tendo a necessidade de defender os interesses das pequenas e médias empresas que foram surgindo, sendo assim criadas cooperativas e associações agrícolas com o objetivo de melhorar as condições a nível da produção, comercialização, financiamento e serviços no setor (Dias, 2015).

Está localizada em Trás-os-Montes, a segunda maior região olivícola e a primeira ao nível da produção de azeitona de mesa (Cunha, 2014), pelo que é um setor relevante para esta região da qual este estudo se pretende focar.

Para este estudo foram selecionados dois tipos de organizações, todas localizadas em Trás-os-Montes e Alto Douro, dada a história e importância do setor para a região: as cooperativas caracterizadas, por serem organizações sem fins lucrativos e os lagares de azeite que sendo privados têm como principal objetivo a obtenção de lucro. Assim, o presente estudo incide sobre quatro cooperativas e quatro lagares de azeite. A escolha destas organizações foi motivada pelos objetivos de estudo. Num total de 4 cooperativas e 4 empresas, pretendeu-se comparar os dados das cooperativas e das empresas no que concerne à Responsabilidade Social Corporativa, assim como pelos motivos de abertura para a disponibilidade de realizar os respetivos questionário e entrevista.

2.4 Métodos de análise e tratamento de dados

Os dados obtidos da aplicação do questionário foram compilados numa base de dados de *Excel*. No sentido de explorar os resultados recorreu-se a técnicas estatísticas descritivas, nomeadamente, à apresentação dos resultados em tabelas de frequências absolutas e relativas, tendo-se optado pela apresentação dos mesmos através de gráficos para a maioria das variáveis em estudo e também a medidas de dispersão e tendência central. As entrevistas foram transcritas e procedeu-se à sua análise procurando pontos em comum ou discordantes focados pelos entrevistados.

3. Apresentação e discussão dos resultados

3.1 Apresentação e análise dos resultados dos questionários

De seguida são apresentados os resultados obtidos da aplicação do questionário. Como já foi mencionado, fazem parte deste estudo quatro cooperativas e quatro empresas, sendo que 75% (n=6) das organizações envolvidas são microempresas e apenas duas são pequenas empresas (Figura 5).

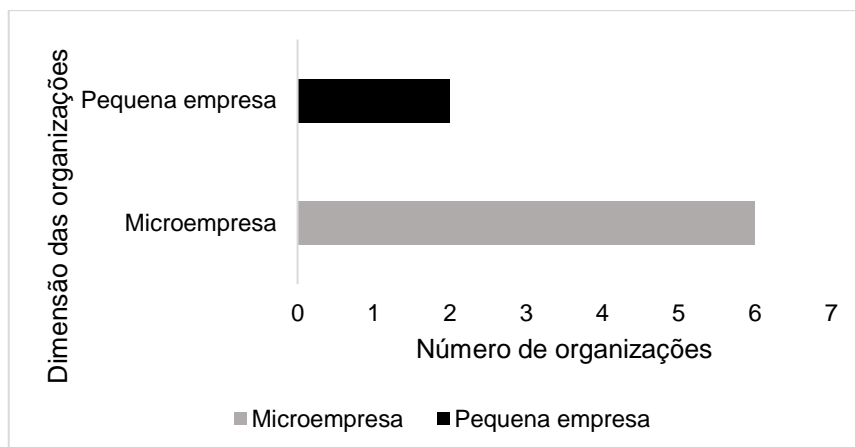


Figura 5. Dimensão das organizações.

Quanto ao cargo ocupado dentro de cada organização pelo indivíduo que respondeu ao questionário, contabilizaram-se três CEO, três presidentes, um sócio-gerente e um proprietário (Figura 6).

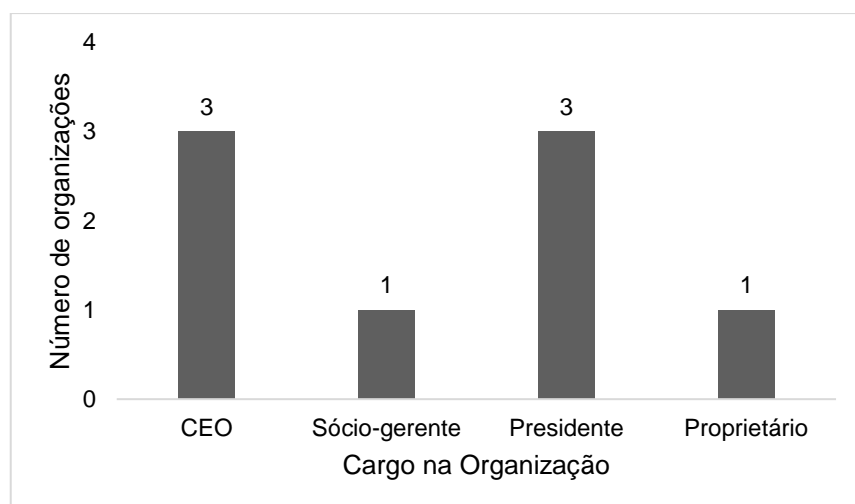


Figura 6. Cargo na organização.

Quando questionados se têm conhecimento do que é a responsabilidade social corporativa, obtiveram-se 50% de respostas afirmativas e igual percentagem de respostas negativas (Figura 7). Verificou-se também que três das quatro cooperativas têm conhecimento sobre o que é a responsabilidade social corporativa, sendo que apenas uma das empresas afirmou ter esse conhecimento. Verifica-se um desconhecimento generalizado nas empresas deste setor, sobre a temática abordada, motivada pela ausência de tempo para o planeamento por parte da gestão das organizações, a falta de envolvimento dos *stakeholders* e a escassez de recursos económicos em comparação com as cooperativas que têm outro tipo de estrutura que permite abordar temáticas como esta (Guimarães et al., 2022).



Figura 7. Conhecimento sobre o que é responsabilidade social corporativa.

Na Tabela 3, apresentam-se as frequências absolutas obtidas em cada categoria de respostas da escala de *Likert* para cada um dos tipos de responsabilidades, a respetiva média e desvio padrão. Da sua análise constata-se que as organizações consideram ter maior responsabilidade com os empregados, seguindo-se os consumidores, a sociedade e o ambiente e por último os investidores. Estes resultados vão de encontro com o referido por Carroll e Buchholtz (2013), em que o objetivo da empresa transcende a obtenção do lucro e procura a criação de valor, aumentando as preocupações dos gestores incluindo as relações que estabelecem com os trabalhadores, sociedade e ambiente.

De notar, que todos os valores médios foram superiores a 4, e os desvios padrão são baixos, o que traduz concordância das respostas dos inquiridos.

Tabela 4. Importância atribuída aos vários tipos de responsabilidade.

Responsabilidade para com:	1 – NI	2 – PI	3 – MI	4 – Mul	5 – EI	M	DP
Consumidores				3	5	4,63	0,52
Empregados				2	6	4,75	0,46
Investidores			2	3	3	4,13	0,84
Sociedade e ambiente			1	4	3	4,25	0,71

Nota: 1 – NI, Nada importante; 2 – PI, Pouco importante; 3 – MI, Moderadamente importante; 4 – Mul, Muito importante; 5 – EI, Extremamente importante; M – Média; DP – Desvio padrão.

De forma a dar resposta ao objetivo um (OE₁), procedeu-se à comparação dos valores médios em cada um dos tipos de responsabilidade, por tipologia das organizações (Tabela 4). Nas cooperativas assume-se um papel primordial na responsabilidade para com os empregados, sendo que a média obtida foi 5 pontos o valor máximo possível, segue-se a responsabilidade para com os

consumidores, sociedade e ambiente e os investidores (com o menor valor médio). Nas empresas privadas, a maior importância foi atribuída aos consumidores e empregados, apresentado ambos valores médios de 4,50 pontos (DP=0,58). A responsabilidade para com os investidores assume um grau de importância superior aos das cooperativas. E, a responsabilidade para com a sociedade e o ambiente apresenta um grau de importância igual ao das cooperativas.

Pela análise das médias, conclui-se que há diferenças entre cooperativas e empresas privadas na medida em que as cooperativas se preocupam relativamente mais com os Consumidores e Empregados do que as empresas privadas. Por outro lado, as empresas privadas, preocupam-se relativamente mais com os Investidores e há uma igualdade na preocupação com a sociedade e ambiente, transversal às organizações analisadas.

Estes dados podem ser relacionados com a perspectiva de Mações (2018), que referiu as 4 áreas onde a responsabilidade social levanta mais preocupações, porém, salientando a diferença das importâncias, suprarreferidas, quanto ao tipo da organização em questão, cooperativas ou empresas.

Tabela 5. Importância atribuída aos vários tipos de responsabilidade por tipologia da organização.

Responsabilidade para com:	Cooperativa		Empresa Privada	
	M	DP	M	DP
Consumidores	4,75	0,50	4,50	0,58
Empregados	5,00	0	4,50	0,58
Investidores	4,00	0,82	4,25	0,96
Sociedade e ambiente	4,25	0,50	4,25	0,96

Nota: M – Média; DP – Desvio padrão

No que concerne à aplicação de normas por parte das organizações, Figura 8, houve três que opinaram não ter conhecimento da aplicação das normas apresentadas, cinco organizações que responderam que aplicavam apenas as normas HACCP, duas apontaram as normas NP ISO 26000: 2011 e três opinaram que aplicam apenas as normas necessárias ao funcionamento.

Segundo Oliveira et al. (2015), o objetivo destas normas é assegurar o compromisso das empresas com a redução de impactos ambientais e desigualdades sociais, contudo, observa-se que as normas têm um papel fundamental em guiar as organizações para práticas mais sustentáveis e socialmente responsáveis, embora nem todas as organizações estejam conscientes ou apliquem essas normas de forma abrangente. Destacam-se as normas de HACCP, que a maioria das organizações obedece, nomeadamente justificado de se tratar de um setor alimentar.

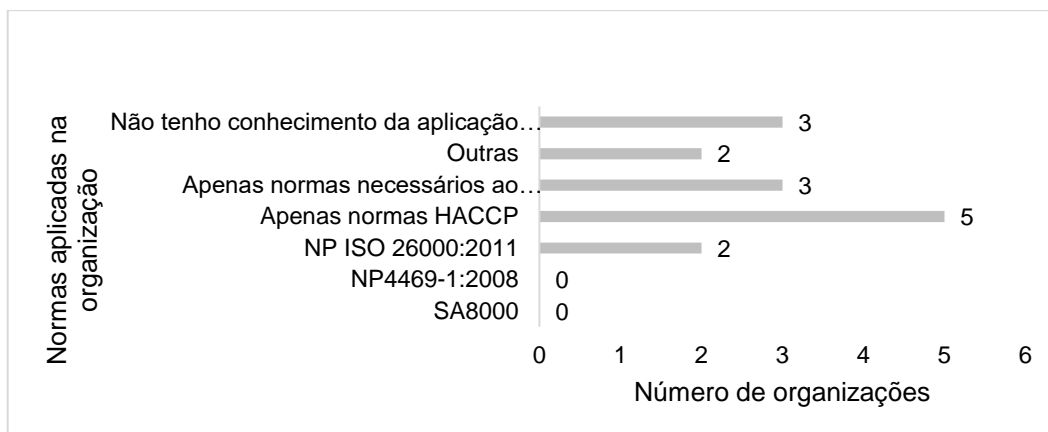


Figura 8. Normas aplicadas pelas organizações.

Na Tabela 5, apresentam-se as frequências absolutas obtidas em cada categoria de respostas da escala de *Likert* para cada um dos aspetos relacionados com a gestão da organização, e a respetiva média e desvio padrão. Da sua análise constata-se que as organizações atribuem maior importância à higiene e segurança no trabalho e higiene e segurança alimentar, imagem e reputação no mercado, satisfação de funcionários e clientes e ainda a criação de valor para a sociedade. Todos estes aspetos apresentam valores médios superiores a 4 pontos, e desvios padrão baixos, o que traduz concordância nas respostas dos inquiridos. Por outro lado, aspetos como a elaboração de relatórios de sustentabilidade, o lucro, o preço de exploração, a faturação e a minimização de custos são os que menos importam, apresentado os menores valores médios, que se situam entre 3 e 4 pontos. Quanto ao aspeto da elaboração de relatório de sustentabilidade, apesar da existência das normas GRI, as organizações não os elaboram. Este tipo de relatórios oferecem uma visão abrangente dos seus impactos, sendo que as organizações podem usar todas ou apenas parte dessas normas para relatar informações específicas, permitindo divulgar práticas nas áreas económica, ambiental e social que segundo Rego (2007), há uma crescente procura dos *stakeholders* por informações sobre o comportamento geral das empresas, além dos aspetos económicos e financeiros. Concluindo que o setor olivícola não é unânime na adaptação a esta nova necessidade.

Tabela 6. Importância atribuída a vários aspetos relacionados com a gestão das organizações.

Fatores	1 – NI	2 – PI	3 – Mol	4 – Mul	5 – EI	M	DP
Lucro			4 (50%)	4 (50%)		3,50	0,54
Faturação			3 (37,5%)	4 (50%)	1 (12,5%)	3,75	0,71
Minimização de custos			2 (25%)	5 (62,5%)	1 (12,5%)	3,88	0,64
Imagem e reputação no mercado				5 (62,5%)	3 (37,5%)	4,38	0,52
Preço de exploração (PVP)		1 (12,5%)	3 (37,5%)	3 (37,5%)	1 (12,5%)	3,50	0,93

Tabela 7. Importância atribuída a vários aspetos relacionados com a gestão das organizações (Cont.).

Fatores	1 – NI	2 – PI	3 – MI	4 – Mul	5 – EI	M	DP
Satisfação dos funcionários e clientes				5 (62,5%)	3 (37,5%)	4,38	0,52
Criação de valor para a sociedade				6 (75%)	2 (25%)	4,25	0,46
Preocupação com o ambiente e sociedade			3 (37,5%)	4 (50%)	1 (12,5%)	3,75	0,71
Preocupação com higiene e segurança no trabalho e higiene e segurança alimentar				4 (50%)	4 (50%)	4,50	0,54
Elaboração de relatórios de sustentabilidade		1 (12,5%)	4 (50%)	3 (37,5%)		3,25	0,71

Nota: 1 – NI, Nada importante; 2 – PI, Pouco importante; 3 – MI, Moderadamente importante; 4 – Mul, Muito importante; 5 – EI, Extremamente importante; M – Média; DP – Desvio padrão.

Quanto ao objetivo dois (OE₂), consideramos as respostas dadas pelas organizações, relativamente às variáveis de natureza económica (Lucro, faturação, minimização de custos, imagem e reputação no mercado e preço de exploração e às variáveis de natureza social/ambiental (satisfação dos funcionários e clientes, criação de valor para a sociedade, preocupação com o ambiente e sociedade, preocupação com higiene e segurança no trabalho e higiene e segurança alimentar, elaboração de relatórios de sustentabilidade).

Na Tabela 6 apresentam-se os valores médios em cada um dos fatores, bem como o valor médio obtido a partir do valor médio dos fatores de cada componente. Os valores médios obtidos na componente económica são mais baixos do que os valores médios obtidos na componente social/ambiental, quer nas cooperativas quer nas empresas. Assim, de uma maneira geral, ambas as organizações dão maior importância aos fatores sociais/ambientais.

Estes resultados mostram a tendência para com a preocupação no âmbito da responsabilidade social no que respeita aos fatores sociais/ambientais, como referido por (Baylis & Smith, 2005) em relação ao desenvolvimento sustentável, assim como por (Carroll & Buchholtz, 2013) tendo referido os objetivos das organizações para além dos lucros económicos.

Quando se comparam por tipologia da organização, então verifica-se que as cooperativas apresentam valores médios mais elevados comparativamente às empresas privadas em ambos os fatores, mas com especial relevância para os fatores de natureza social/ambiental. Este resultado pode relacionar-se com o referido por Guimarães et al. (2022), determinando como principal causa dos gestores não darem tanto ênfase aos fatores social/ambiental é a ausência de tempo para realizar um planeamento eficiente.

Assim, as componentes sociais ou ambientais pesam mais do que a componente económica.

Tabela 8. Comparação dos valores médios dos fatores associados à componente económica e à componente social/ambiental.

Fatores	Cooperativa		Empresa Privada	
	M	DP	M	DP
Lucro	3,25	0,50	3,75	0,50
Faturação	3,75	0,96	3,75	0,50
Minimização de custos	4,00	0,82	3,75	0,50
Imagem e reputação no mercado	4,50	0,58	4,25	0,50
Preço de exploração (PVP)	4,00	0,82	3,00	0,82
Componente económica	3,90	0,50	3,70	0,42
Satisfação dos funcionários e clientes	4,25	0,50	4,50	0,58
Criação de valor para a sociedade	4,25	0,50	4,25	0,50
Preocupação com o ambiente e sociedade	4,00	0,82	3,50	0,58
Preocupação com higiene e segurança no trabalho e higiene e segurança alimentar	4,75	0,50	4,25	0,50
Elaboração de relatórios de sustentabilidade	3,75	0,50	2,75	0,50
Componente social/ambiental	4,20	0,43	3,85	0,44

Nota: M – Média; DP – Desvio padrão.

Quando inquiridos sobre a elaboração de algum tipo de relatório de sustentabilidade, a maioria das organizações negou tal prática (Figura 9), o que está de acordo com o nível mais baixo de importância atribuído na Tabela 6.

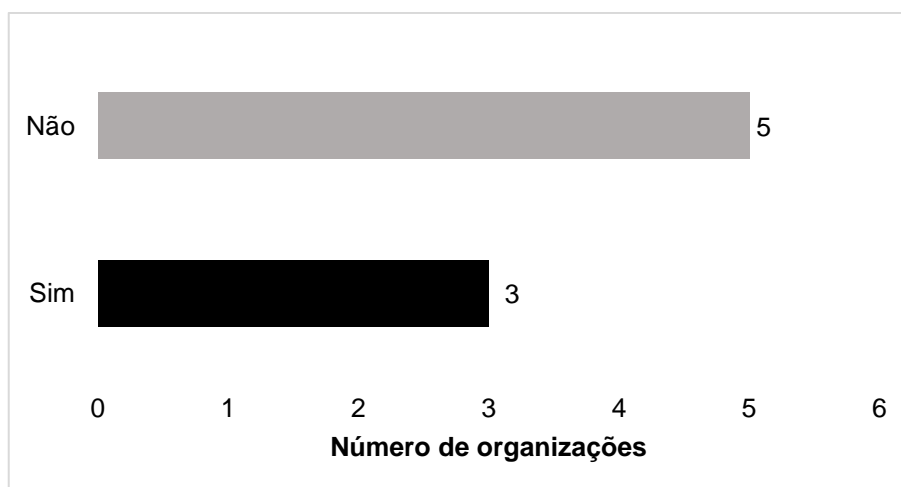


Figura 9. A organização faz algum tipo de relatório de sustentabilidade.

Quanto à questão ambiental, há uma diferença entre as cooperativas e as empresas privadas, sendo que metade das empresas não elabora um relatório de sustentabilidade. Apenas um quarto das cooperativas elabora o mesmo documento.

De forma a dar resposta ao objetivo três (OE₃), procedeu-se à contabilização do número de organizações por tipologia que elaboram relatório de sustentabilidade e fazem o reporte de resíduos. No que toca às cooperativas, apenas uma das quatro faz a elaboração de relatórios de sustentabilidade, quanto às empresas, duas fazem relatório e duas não fazem (Figura 10). Verifica-se uma despreocupação generalizada para com a elaboração de relatórios de sustentabilidade, apesar de já se verificarem modelos simplificados e adequados às dimensões de todas as organizações, neste caso PME, como referido por Pinto, (2023). Constata-se também o referido, em matéria de não ser prática em Portugal, organizações de pequena dimensão realizarem este tipo de relatório, motivado pelo facto da elevada complexidade do mesmo e da ausência de *know how*.

No que toca ao reporte de resíduos todas as organizações participantes deste estudo opinaram favoravelmente, independentemente de se tratar de cooperativas ou empresas privadas.

Assim, conclui-se que a elaboração de relatórios de sustentabilidade não é uma prática comum, ao passo que o reporte dos resíduos é feito por todas as organizações.

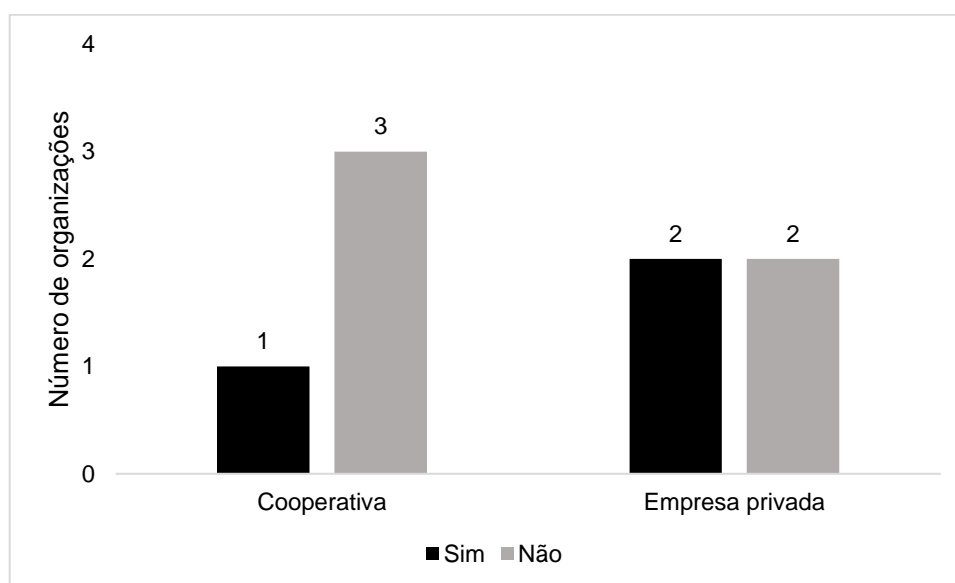


Figura 10. Distribuição do número de organizações por tipologia e elaboração de relatório de sustentabilidade.

No que concerne ao tipo de subprodutos produzidos, todas as organizações mencionaram biomassa, três organizações mencionaram água de lavagem de azeite e azeitona, azeite lampante e águas ruças, e houve duas organizações que indicaram outros subprodutos (Figura 11), que vai

de encontro com o referido no estudo sobre a análise do ciclo de vida do azeite de Trás-os-Montes de Cunha (2014).

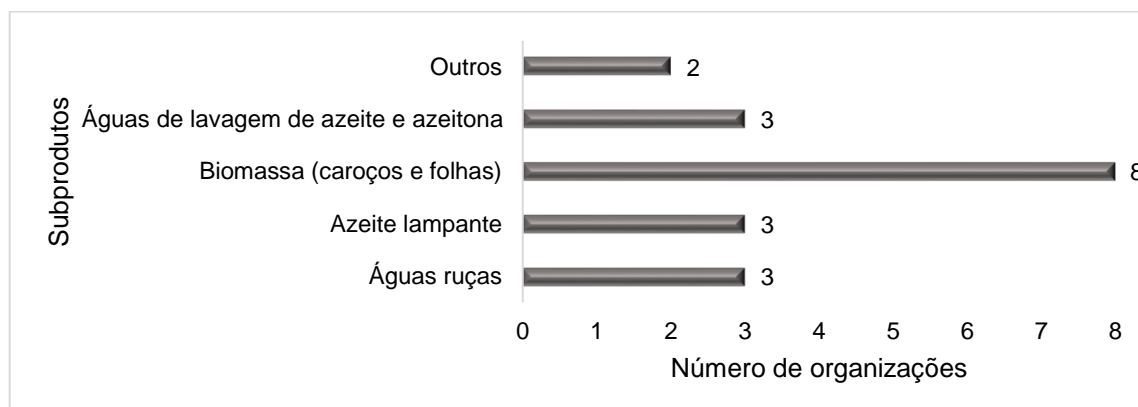


Figura 11. Subprodutos produzidos pelas organizações.

Relativamente aos apoios externos por parte do estado ou união europeia todas as organizações consideram que são insuficientes quer para o tratamento adequado dos resíduos, quer para investir mais em questões da responsabilidade social corporativa (Figura 12). Mas, se esses apoios existissem e houvesse facilidade no seu acesso, todas as organizações investiriam mais em questões relacionadas com a responsabilidade corporativa (Figura 13).

Apesar de haver instituições que apoiam as práticas da RSC, os processos para obter algum benefício são morosos e burocráticos, que pode ser relacionado com os resultados obtidos neste estudo (Guimarães et al., 2022).

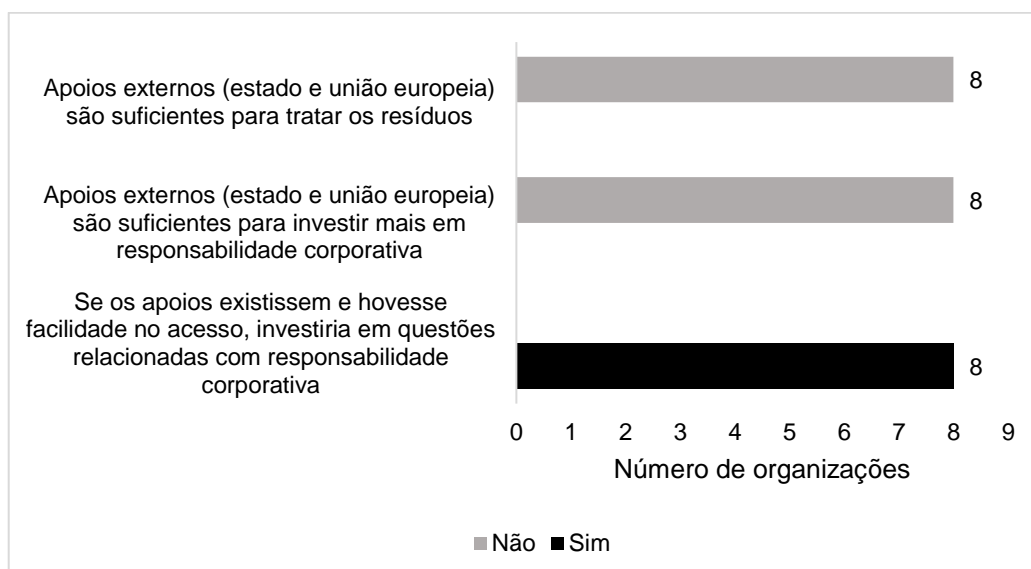


Figura 12. Apoios financeiros externos (Estado e União europeia).

Na Figura 13 apresentam-se as principais barreiras ou limitações que as organizações enfrentam na realização de atividades de responsabilidade social corporativa. Destaca-se a limitação de recursos humanos (todas as organizações), elevada burocracia relacionadas com essas políticas (7 das 8 organizações), limitação de recursos financeiros (6 das 8 organizações) e fonte elevada de

custos (5 das 8 organizações). Houve ainda uma organização que mencionou o difícil acesso aos fundos comunitários para poder apostar em políticas sociais.

Os resultados são os esperados, tendo em conta o já referido por Guimarães et al., (2022), que mencionou algumas das limitações intrínsecas à não prática de algumas medidas de RSC, mas também relacionado com a escassez de *know how*, descrita por Pinto, (2023), para a implementação de atividades neste âmbito.

Quanto ao investimento em energias renováveis, sete das oito organizações mostraram-se favoráveis a tal investimento.

Assim, no que toca ao objetivo quatro (OE₄), é transversal a todas as organizações que os apoios externos para investir em questões da RSC e tratamento de resíduos são manifestamente insuficientes, mas todas estariam dispostas a recorrer a esses apoios se eles existissem em maior quantidade.

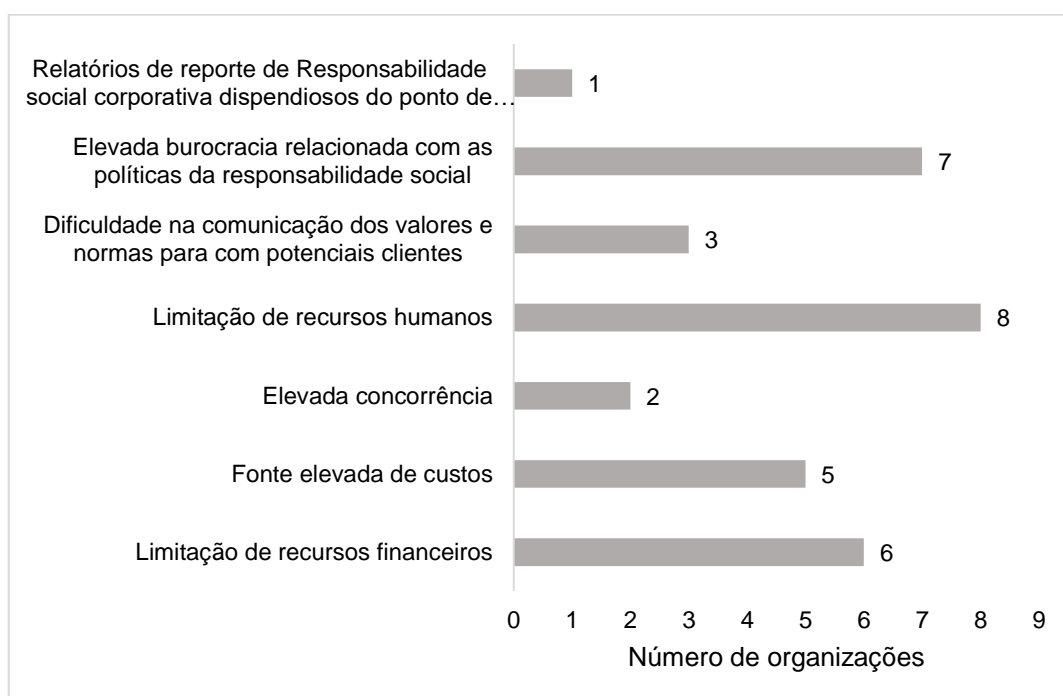


Figura 13. Barreiras ou limitações para a realização de atividade de responsabilidade social corporativa.

No que concerne ao tipo de unidade de extração, seis organizações mencionaram 2 fases e as restantes têm unidades de 3 fases (Figura 14). Sendo que, segundo a teoria, o lagar de 2 fases polui relativamente menos que o de 3 fases, o que significa que o primeiro é menos poluente que o segundo e que a atualização para o processo de 2 fases seria uma medida de preocupação para com o ambiente e, conseqüentemente, para a responsabilidade social corporativa.

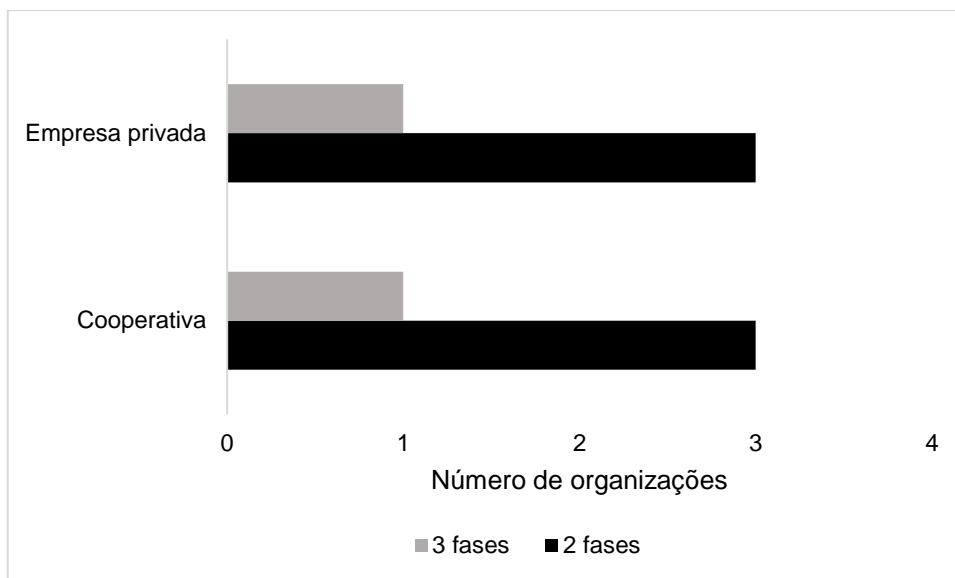


Figura 14. Tipologia da unidade de extração das organizações.

O principal local de descarga das águas de lavagens das várias organizações é a lagoa/tanque de decantação, sendo que em duas organizações para além deste ainda recorrem ao coletor municipal (Figura 14). O coletor municipal é apontado por três organizações, e em duas delas faz-se o posterior espalhamento nas parcelas da exploração (Figura 15).

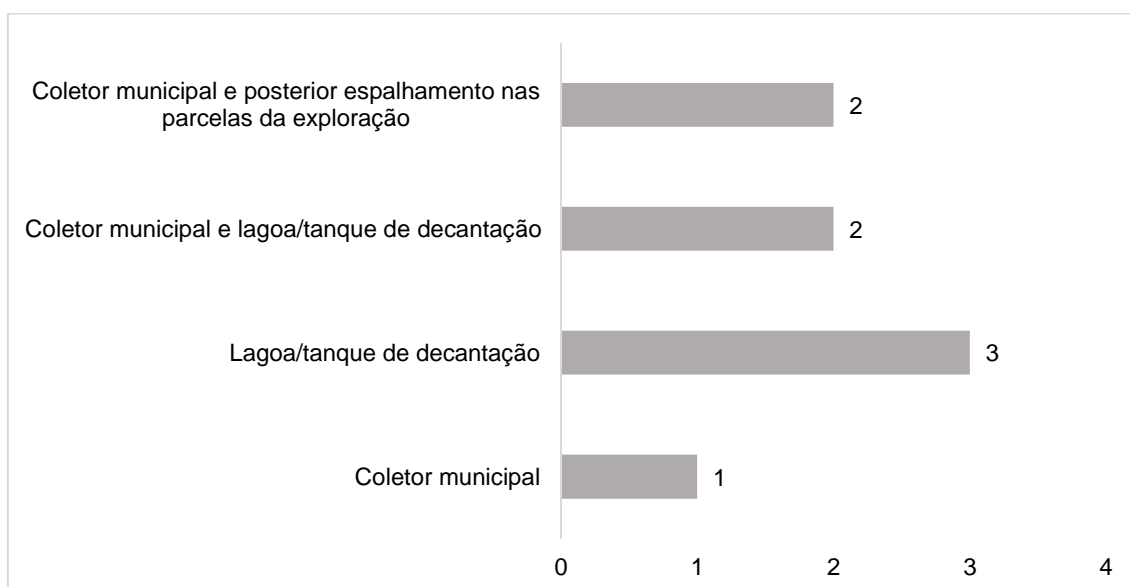


Figura 15. Descarga das águas de lavagens.

O objetivo cinco (OE₅) foi explanado recorrendo ao nível de importância atribuído aos vários tipos de responsabilidade social corporativa, por dimensão da empresa. As pequenas empresas atribuem maior importância à responsabilidade para com os consumidores e empregados (valores médios de 5 pontos), ao passo que as microempresas atribuem maior importância à responsabilidade para com a sociedade e o ambiente e os investidores, sendo que os valores médios obtidos são superiores aos das pequenas empresas (Tabela 7).

Tabela 9. Importância atribuída aos vários tipos de responsabilidade por dimensão da organização.

Responsabilidade para com:	Pequena empresa		Microempresa	
	M	DP	M	DP
Consumidores	5,00	0	4,50	0,55
Empregados	5,00	0	4,67	0,52
Investidores	4,00	1,41	4,17	0,75
Sociedade e ambiente	4,00	0	4,33	0,82

Nota: 1 – Nada importante; 2 – Pouco importante; 3 – Moderadamente importante; 4 – Muito importante; 5 – Extremamente importante; M – Média; DP – Desvio padrão.

Por último, foi solicitado às organizações que elaborassem quaisquer considerações sobre a temática e o sector onde atuam. Obtiveram-se três respostas que se passam a transcrever:

- “O bagaço de 2 fases seco, folhas e paus resultantes da limpeza das azeitonas, bem como o caroço, podiam ser biomassa com aproveitamento para fabrico de “*pellets*”.
- “A problemática das extratoras de óleo – para o lagar continuar a funcionar é necessário escoar os subprodutos da manufatura do azeite, e isso implica custos para o lagar e lucros para as extratoras que se aproveitam desta situação”.
- “Problema dos bagaços – a nível de poluição gerada e sem solução da parte do governo. Apesar de existirem apoios a projetos agrícolas (fertilizantes, ...) são muito diminutos e não são uma real solução para o escoamento do bagaço”.

Na tabela 8 apresenta-se uma síntese para cada um dos objetivos fixados anteriormente.

Tabela 8. Objetivos do estudo e principais resultados.

Objetivos do estudo	Principais resultados
OE₁ : O grau de importância para com a RSC é mais elevado nas cooperativas que nas empresas privadas.	O grau de importância com a RSC é mais elevado nas cooperativas.
OE₂ : Perceber se a componente económica pesa mais do que as componentes sociais ou ambientais.	As componentes social e ambiental pesam mais do que as componentes económicas, como o lucro ou a faturação, com distinção entre cooperativas e empresas.
OE₃ : A organização tem relatório de sustentabilidade e faz o reporte das suas práticas dos diferentes pilares da responsabilidade social.	Apenas 3 das 8 organizações elaboram relatório de sustentabilidade.
OE₄ : Perceber se os apoios externos (Estado e União Europeia) são suficientes para investir em questões da RSC.	A maioria das organizações inquiridas alega que os apoios não são suficientes para a adoção deste tipo de práticas.
OE₅ : As empresas de maior dimensão apresentam um maior grau de importância ao nível da RSC.	Verifica-se que as empresas de maior dimensão têm mais preocupações com a importância da RSC.

3.2 Resumo das entrevistas

De seguida apresenta-se um resumo das entrevistas realizadas e dos principais aspetos focados pelas organizações.

À questão “o que entende por RSC” metade das organizações não sabiam explicar o conceito de RSC, e a metade que sabia o que era, não conseguia explicar assertivamente nem com total certeza o conceito, pelo que explicaram de uma forma incompleta.

Quanto à pergunta das normas aplicadas, todas as organizações aplicam as normas de HACCP e de Higiene e Segurança no trabalho, caracterizando-as como obrigatórias e essenciais. Do total da amostra, apenas 2 organizações eram conhecedoras e aplicadoras da norma ISO 26000:2011, sendo que todas as outras desconheciam as normas de RSC. As que não aplicavam, referiam que a aplicação de normas exigia muitos custos e recursos humanos especializados para a aplicação e certificação das mesmas, recursos esses muitos escassos na região. De referir que apenas uma organização tinha a certificação ISO 9001.

Relativamente à questão de elaborar um relatório de sustentabilidade, a maioria das organizações negou tal prática, considerando que seria necessário, mas apresentando como razões principais da não elaboração do relatório, os custos financeiros e a disponibilização de recursos humanos competentes.

Em termos das barreiras à implementação de novas práticas de RSC, as respostas foram transversais, na medida em que, todas as organizações afirmaram a escassez de recursos humanos, elevada burocracia e a falta de apoios ao setor.

Relativamente às questões sobre a vertente económica da organização, a maior parte das empresas considerou que o desempenho Económico-Financeiro é muito importante para a sobrevivência da empresa, usando maioritariamente os indicadores Lucro, Faturação e Custos de Produção. Em relação às Cooperativas, estas revelaram alguma preocupação com este desempenho, estabelecendo uma clara diferença na gestão dos dois tipos de entidade analisadas, e preocupam-se também com os sócios (pessoas que usam a cooperativa para transformar a azeitona em azeite).

Em relação às questões sociais, a participação em feiras e eventos gastronómicos é transversal para todas as organizações, justificando que é uma necessidade para promoverem os seus produtos e serviços. Algumas cooperativas fomentam visitas de estudo de escolas e apoiam estágios. Por outro lado, os lagares apoiam estágios, excetuando uma empresa, que não fomenta este tipo de atividades, justificando a falta de recursos financeiros para tal. Todas as organizações consideraram que o investimento na vertente social seria uma mais-valia, e como exemplos mais comuns referiram a doação de amostras, a realização de convívios e o apoio aos agricultores, através da cedência/empréstimo de material agrícola e serviços, exemplos transversais aos dois tipos de organização.

Quanto à questão ambiental, há uma diferença entre as cooperativas e as empresas, salientando a diferença de preocupação com a elaboração de um relatório de sustentabilidade, assim como o uso

de maquinaria atual, mas mais dispendiosa, que torna a produção mais ecológica, havendo a distinção entre lagares de 2 fases e 3 fases. Quase todas as cooperativas fazem uma gestão adequada do seu impacto ambiental. Alguns dos exemplos dados, foram a preocupação com o destino dos subprodutos e a procura de novas formas de reaproveitar os mesmos. De referir, que todas as entidades mencionaram que o setor não produz resíduos, apenas subprodutos, passíveis de serem tratados e transformados, confirmando a questão das práticas da economia circular, em que alguns dos exemplos foram o uso dos subprodutos como fertilizante, transformação em óleo e o caroço que serve como combustível para caldeiras de aquecimento de água.

Em adição, há algumas entidades que apostaram no investimento em painéis solares o que revela um aumento da preocupação com as causas ambientais.

Transversal a todas as entidades está a questão da falta de apoios do Estado e da União Europeia, transmitindo a falta de dinamização do setor que é dito como dominado por grandes grupos económicos, não sendo possível competir com economias de escala. Referem também que a poluição no setor ocorre mais a jusante no setor produtivo, isto é, acontece com os subprodutos da manufatura do azeite, referindo que se houvesse uma maior dinamização no setor da região permitiria a modernização do processo produtivo e fomentaria a redução da pegada ecológica do setor. Foi também referido o “abandono” do setor no interior, pela falta de apoios do Estado, comparando muitas vezes com o exemplo de sucesso do setor vitivinícola da região do Douro.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

Num contexto económico, social e ambiental incerto, é de extrema importância desenvolver um tema como a Responsabilidade Social Corporativa que é transversal a qualquer organização. O objetivo deste estudo foi perceber, através de questionários complementados com entrevistas a algumas organizações, se o setor olivícola de Trás-os-Montes se preocupava com questões de RSC e se fomentavam práticas que a promovessem. Independentemente do tipo de organização a atuar no setor, todas estão sensibilizadas para a temática havendo algumas discrepâncias na preocupação para com alguns *stakeholders*, mas com opiniões alinhadas no que diz respeito à sociedade e ambiente. Conclui-se, também, que esta componente pesa mais do que as componentes económicas, como o lucro ou a faturação, mas as cooperativas apresentam uma maior preocupação em ambas as componentes, quando seria expectável que as empresas privadas tivessem uma maior preocupação com a parte económica. Este fenómeno é passível de ser explicado pela falta de recursos financeiros e humanos nas empresas, que comparado com as cooperativas, são mais abundantes em apoio técnico e recursos devido à natureza da organização.

Foi também observado que a maior parte das organizações não elabora relatórios de sustentabilidade, ao passo que o reporte de resíduos, de caráter obrigatório, é realizado por todas.

Comum a todas as organizações deste estudo, está a problemática do acesso aos apoios financeiros externos para as práticas da RSC, que em articulação com as entrevistas, foi possível saber que há uma escassez de apoios e uma burocracia elevada no setor que é muitas vezes referido como “abandonado” na região. Assim, como a situação do tratamento de resíduos, e graves problemas a jusante do setor produtivo, traduzindo um tratamento insuficiente por falta de apoio especializado, a nível financeiro e de competências nas matérias de impacto ambiental e social. Naturalmente concluiu-se que as organizações com maior dimensão apresentavam uma maior preocupação com as temáticas da RSC, pelas mesmas justificações suprarreferidas.

Este estudo revela que, apesar da sensibilização das organizações para a RSC, há discrepâncias na prioridade dada a diferentes *stakeholders*. Conclui-se que, enquanto as cooperativas equilibram preocupações económicas e sociais, as empresas privadas enfrentam limitações de recursos. Além disso, a maioria não elabora relatórios de sustentabilidade e enfrenta desafios no tratamento de resíduos e no acesso a apoios financeiros. O estudo, limitado a uma amostra pequena, sugere investigações futuras a nível nacional para abranger organizações de maior porte e diversificar a análise das práticas de RSC.

Como limitações do estudo, apresenta-se uma amostra de apenas oito organizações, o que torna o estudo limitado, justificado pelo número reduzido de entidades, em que a grande maioria do tecido empresarial do setor na região tem a dimensão de microentidade. De referir também que algumas organizações não são relevantes para o estudo, e como tal, não foram selecionadas, motivado pelo seu período de funcionamento ser apenas de dois meses em que há apenas um único funcionário, que geralmente é o sócio-gerente e durante os meses de atividade subcontratam em regime parcial.

O grau de abertura à informação destas organizações é muito limitativo, na medida em que muitas não disponibilizaram relatórios de gestão ou de sustentabilidade, e houve relativa dificuldade em marcar reuniões para a recolha de dados e entrevistas.

Como sugestões de estudos futuros é aconselhável fazer o mesmo tipo de estudo para todo o setor do país, em que é possível aumentar a amostra e incidir sobre outras classes de empresas como as médias e grandes, e comparar o tipo de medidas e o investimento que fazem em questões de RSC. Seria, também relevante, perceber o tipo de consultoria que é feito nesta temática, que futuramente pode ser muito aplicada. Havendo um apoio técnico para implementar medidas e normas de acordo com os objetivos e possibilidades da organização para melhorar tanto a sociedade e ambiente, como a própria entidade em ter uma imagem de *accountability* pelas suas ações.

Saliente-se que o mundo como hoje é conhecido não é o mesmo de ontem, mas há a necessidade de assegurar o amanhã, e como tal, temas como o da Responsabilidade Social têm de ser refletidos. Talvez, sensibilizando as comunidades científicas e as empresas, seja possível chegar ao resto do mundo, que precisa urgentemente de ser mais humano, pois o amanhã é criação de hoje.

Referências Bibliográficas

- Agência Europeia do Ambiente. (2023). *Clima, natureza e pessoas: Um futuro comum para o nosso planeta*. Agência Europeia do Ambiente. Disponível em <https://www.eea.europa.eu>
- Almeida, D., Alves, V., Lopes, L., Ibdaiwi, T., & Nogueira, V. (2021). *Teletrabalho: Docentes se Reinventando em Tempos de Pandemia*.
- Anthony, R., & Young, D. (1999). *Management control in nonprofit organizations* (11th ed.). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Baier, E., Alievi, R., & Bortolaso, I. (2020). *Ética e Integridade Corporativa: Análise em uma Empresa Multinacional*.
- Baylis, J., & Smith, S. (2005). *The globalization of world politics – An introduction to international relations*. 3rd Ed. New York.: Oxford University Press Inc.
- Banco Central Europeu (BCE). (2021, 16 de novembro). *Porque é que a inflação é atualmente tão elevada?* Obtido em https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/tell-me-more/html/high_inflation.pt.html
- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD). (2022). *Guia do CEO para os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.
- Borrego, A., & Rossini, C. (2021). *Governança corporativa e ética: reflexos em empresa investigada pós Lava Jato*.
- Boyles, M. (27 de 07 de 2023). *What Are Business Ethics & Why Are They Important?* Obtido de Harvard Business School: <https://online.hbs.edu/blog/post/business-ethics>
- Calado, S. (4 de 2020). *ECO SAPO*. Obtido de SAPO: <https://eco.sapo.pt/2020/04/01/empresas-ajudam-a-angariar-fundos-para-combater-covid-19/>
- Carroll, A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, 34(4), 39-48.
- Carroll, A. (2016). Carroll's pyramid of CSR: taking another look. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 1, 1-8. <https://doi.org/10.1186/s40991-016-0004-6>
- Carroll, A., & Buchholtz, A. (2013). *Corporate Governance and Social Responsibility: Ethics, Sustainability and Stakeholder Management*. Cengage Learning.
- Catroga, E. (2003). *Da visão clássica à visão Multipolar*. In Conselho Económico e Social Seminário A Responsabilidade Social das Empresas. Lisboa: Série estudos e Documentos.

- Chen, Z., Hang, H., Pavelin, S., & Porter, L. (2020). Corporate Social (Ir)responsibility and Corporate Hypocrisy: Warmth, Motive and the Protective Value of Corporate Social Responsibility, Volume 30, issue 4, October 2020, pp. 486 - 524. DOI: <https://doi.org/10.1017/beq.2019.50>
- Comissão das Comunidades Europeias (COM). (2002). *Comunicação relativa à responsabilidade social das empresas: Um contributo das empresas para um desenvolvimento sustentável*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2001). *Livro Verde*.
- Cunha, M. S. V. (2014). *Análise do Ciclo de Vida do Azeite: Caso de estudo do azeite de Trás-os-Montes (Dissertação de Mestrado, Mestrado em Tecnologia Ambiental)*. <http://hdl.handle.net/10198/11793>
- Davis, K. (1973). The Case for and against Business Assumption of Social Responsibilities. *Academy of Management Journal*. , Vol.16, p.312-322.
- Decreto-Lei n.º 108/2011, 17 de novembro. (2011). *Diário da República Eletrónico*, 221 (Serie I), 4964-4967. Lisboa, Portugal: Ministério da Saúde. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/108/2011/11/17/p/dre/pt/html>
- Dias, J. M. (2015). *Gestão Ambiental no Setor Olivícola: análise de ferramentas e praticas para a produção sustentável*.
- Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. (2020). *Análise setorial azeite*. Lisboa: Ministério da Agricultura.
- Ganho, N. (2019). Mudanças climáticas e mudanças de valoração do clima, em Portugal, nos últimos 50 anos. p. 14.
- Gibney, A. (Realizador). (2005). *Enron Os mais espertos da sala* [Filme].
- Giddings. (2002). *Desenvolvimento sustentável: uma visão básica da responsabilidade social corporativa*.
- Grace. (2004). *Primeiros Passos: Guia para a Responsabilidade Social das Empresas*. Obtido de IAPMEI: <https://www.iapmei.pt/>
- Guerra, A. (2003). A Responsabilidade das Empresas: complemento ou sucedâneo do Estado Social? In Conselho Económico e Social – Seminário A Responsabilidade Social das Empresas, Lisboa: Série estudos e Documentos. p. 25.
- Guerra, J. P. A. S. (2015). *Proposta de Implementação da Responsabilidade Social numa Empresa de Engenharia e Construção (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Comtabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto)*.
- Guimarães, T., Braga, V., Ferreira, M., & Braga, A. (2022). Benefícios e Barreiras na Implementação de Práticas de Responsabilidade Social: Uma abordagem qualitativa.

- Gullón, P., Gullón, B., Astray, G., Carpena, M., Fraga-Corral, M., A. Prieto, M., & Simal-Gandara, J. (2020). Valorization of by-products from olive oil industry and added-value. p. 17.
- Initiative, G. R. (2022). Obtido de Global Reporting Initiative: <https://www.globalreporting.org/>
- ISSAI. (2019). *ISSAI 130 - Code of Ethics*. Obtido de <https://www.issai.org/wp-content/uploads/2019/08/ISSAI-130-Code-of-Ethics.pdf>
- Kraus, S., García, F., & Rehman, S. (2020). Corporate social responsibility and environmental performance : The mediating role of environmental strategy and green innovation. *Technological Forecasting & Social Change*.
- Lantos, G. (2001). The boundaries of strategic social responsibility. *Journal of Consumer Marketing*.
- Lopes, J. (2002). Seminário: A responsabilidade social das empresas (organizado conjuntamente pelo CES - Conselho Económico e Social e pela Secção Portuguesa do CEEP - Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou de Interesse Económico Geral. p. 5.
- Lopes, M. I. S. (2021). Responsabilidade Social Corporativa em Portugal: O caso de empresas da lista das 500 maiores e melhores (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão).
- Mações, M. (2018). *Manual de Gestão Moderna*. Actual.
- Marmé, P., & Forbes. (2022). *Forbes Portugal*. Obtido de Forbes Portugal: <https://www.forbespt.com/a-lista-de-empresas-que-corta-ligacoes-a-russia-cresce-a-cada-dia-que-passa/>
- Marotta, R. (2022). Inflation Uncertainty Calls for Portfolio Protection.
- Monteiro, M. A. (2005). A Responsabilidade Social das Empresas (RSE).
- Moreira, J. A. (2009). Investigação em contabilidade financeira: Três contribuições seminais. Em M. J. Major, & R. Vieira (Ed.), *Contabilidade e controlo de gestão: Teoria, metodologia e prática* (pp. 91-127). Lisboa: Escolar Editora.
- Moura, R. E. (2004). Responsabilidade Social das Empresas: Emprego e Formação Profissional.
- OCDE. (s.d.). *Corporate governance*. Obtido em <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/corporate-governance.html>
- Oliveira, L. I. (2013). Tratamento de águas ruças por fitorremediação com Lemna minor ou por biossorção com cortiça.
- Oliveira, M., Ferreira, M., & Lima, V. (2015). Responsabilidade Social Corporativa: Conceito, instrumentos de gestão e normas.
- Orhan, E. (2022). *The effects of the Russia - Ukraine war on global trade*.
- Pées, E. (2006). Eficiência Diâmica, RSE y Desarrollo Incluyente: Una aproximacion económica a microfundamentos y modelizaciones alternativas. Comunicação apresentada na VIII Reunião de Economia Mundial. Alicante.

- Pinto, M. (2023). Proposta de modelo de relato de sustentabilidade para as Pequenas e Médias Empresas (PME) no enquadramento português.
- Prowly. (2021). Obtido de Responsabilidade Social Corporativa na Era do Coronavírus (COVID-19).
- PWC. (2012). *Relatório de responsabilidade social: a normalização Nacional e Internacional*. PWC.
- Rego, A., Cunha, M., Gonçalves, H., & Cabral-Cardoso, C. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável: teoria e prática (2ª ed.)*. RH.
- Reis, P. (2016). Estudo de processos de tratamento de águas residuais de lagares de azeite.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023. (2023, 12 de janeiro). *Diário da República n.º 7/2023, Série I*. Obtido em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/5-2023-206399845>
- Seco, A. (2018). Sinergias entre Sistemas de Gestão Ambiental e Abordagens de Economia Circular: o caso das organizações do setor do azeite.
- Simonyan, Y., & Smith, C. (2020). *Coronavirus Ethics: Judgments of Market Ethics in a Pandemic* (Working Paper No.2020/62&ATL). INSEAD.
- Sousa, M. J. (2014). A Responsabilidade Social das Organizações – factor de competitividade empresarial. *ResearchGate*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1141.7767>
- Vergueiro, J., Woods, M., Lucca-Silveira, M., Jerabek, M., & Pietro, R. (2021). Filantropia corporativa no Brasil: uma análise das doações empresariais em meio à pandemia da Covid-19.
- World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). (1998). *Corporate social responsibility: Making good business sense*. Geneva: World Business Council for Sustainable Development.

Anexos

Anexo A Principais contributos para o desenvolvimento da RSC

Ano	Principais contributos para o desenvolvimento da RS
1920	Henry Ford desenvolveu a ideia de que as empresas deveriam participar no bem-estar coletivo.
1929	Constituição de Weimar (Alemanha) que desenvolve o conceito de “função social da propriedade”
1953	Publicação da obra de Howard Bowen: “Social Responsibilities of the Businessman”, que foi tida como uma referência nesta matéria.
1960	Estados Unidos da América (EUA): movimento pela responsabilidade social das empresas.
Anos 60	Nos EUA e na Europa, a sociedade exigiu uma nova postura ética por parte das empresas: divulgação anual de relatórios com informações de carácter social. Ocorreu devido ao boicote, por parte dos consumidores, aos serviços de empresas ligadas à guerra do Vietname.
1965	Foi realizado em Nova Delhi, o Congresso Nacional que aprovou o Decreto Legislativo nº 16, de 1964, os Estatutos do Centro Internacional para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais, adotados pela Resolução 4.53, da 9ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que se traduziu na Declaração de Delhi.
1968	Em França e noutros países europeus ocorrem fenómenos sociais, tais como a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e entre raças; a contestação e luta por novos valores e atitudes, factos que originaram novas práticas no relacionamento entre as empresas a sociedade e o meio ambiente. O que levou a que as empresas passassem a divulgar informações sobre as suas práticas ambientais e sociais.
1972	Na Conferência de Estocolmo realizou-se a primeira reflexão conjunta dos diferentes Estados “com a participação de 113 países, 250 organizações não-governamentais e organismos da ONU” sobre a relação entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento humano. Em França, Singer realiza o que se viria a ser o primeiro Balanço Social de uma empresa. O Conselho económico e social da organização das Nações Unidas (ONU) adota a Resolução 1721, determinando o estudo do papel das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e a sua interferência nas relações internacionais. Discute-se a criação de um código de conduta dirigido às empresas transnacionais.
1977	Em França, a Lei nº 77.769/77 (empresas com mais de 750 trabalhadores) determina a publicação do Balanço social orientada para as relações de trabalho. Surgiram posteriormente no nos EUA, Europa e América Latina outras propostas de modelos de Balanço Social.
1985	Em Portugal a lei nº 141/85 torna obrigatória a apresentação do Balanço social por empresas com mais de 100 empregados
1987	O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” passou a ser mais divulgado através de Comissão Mundial sobre o ambiente e o desenvolvimento.
1988-93	Foi elaborada a “declaração Interfaith” que constitui um código de ética sobre comércio Internacional para cristãos, muçulmanos e judeus.
Anos 90	Foi criada por líderes económicos da Europa, Japão e EUA, a mesa-redonda “Principles for Business – The caux Round Table (CRT)2. A CRT acredita que as empresas de todo o mundo devem desempenhar um papel importante de forma a contribuir na performance das condições económicas e sociais.
1992	Foi realizada pela ONU a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), e proposta a “Agenda 21” que traduzia o compromisso das nações para a alteração do modelo de desenvolvimento no século XXI. Foi criada uma norma de certificação sobre as condições de trabalho pelo Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA) (Norma AA 1000: SA 8000). Foi promulgada a ISO 14000 sobre Gestão Ambiental, na sequência da ECO/92. Nos EUA, o “Domini 400 Social Index” exclui empresas implicadas no tabaco, álcool, jogo, armas e na produção da energia nuclear.
1995	Na Cimeira de Copenhaga foram validados na Comunidade Europeia os três pilares do Desenvolvimento Sustentável: económico, social e ambiental.

Ano	Principais contributos para o desenvolvimento da RS (continuação)
1997	<p>O Tratado de Amesterdão apela a toda a Comunidade Europeia para estimular o Desenvolvimento Sustentável em todo o seu espaço.</p> <p>Na conferência de Kyoto foi assinado o protocolo de Kyoto, No Japão o mais importante acordo ambiental realizado pela ONU, em que países desenvolvidos se comprometem a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 5% em relação aos valores de 1990.</p> <p>No Brasil foi aprovado o projeto de lei nº 3.116/97 (posteriormente PL nº 32/99), que visava estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de Balanço social para as entidades públicas e para as empresas.</p> <p>Fundada em Boston, por uma ação conjunta da Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES) e da United Nations Environment Programme (UNEP), foi desenvolvido movimento Internacional pela adoção e uniformização dos relatórios socioambientais publicados pelas empresas (Global Reporting Initiative, GRI).</p> <p>É criada a SA 8000 (Norma Internacional) pela Social Accountability Internacional, Norma de Certificação que diz respeito às Responsabilidades Sociais de condições de trabalho.</p>
1999	<p>Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA) lançou como referência a norma AA 1000.</p>
2000	<p>Na Cimeira de Lisboa, os 15 países da União Europeia definiram uma estratégia para reforçar a coesão social nos 10 anos subsequentes: fazer da União Europeia (à escala mundial) um espaço económico baseado na inovação e no conhecimento mais dinâmico e competitivo, capaz de elevar os níveis de crescimento económico, com mais e melhores empregos e com mais coesão social.</p>
2001	<p>No Brasil a Federación Interamericana de empresas de seguros (FIDES), apresenta uma proposta de Balanço social, no Seminário Internacional sobre o Balanço Social com a publicação do livro “Balanço Social na América Latina”.</p> <p>A ONU, na tabela do Global Compact (Pacto Global) propõe a promoção e implementação de 9 princípios nas áreas dos direitos humanos, trabalho e meio ambiente.</p> <p>Nos EUA, é criado o índice “Dow Jones Sustainability Index (DJSI)”, que define a sustentabilidade empresarial de acordo com critérios económicos sociais e ambientais.</p> <p>O Conselho Europeu lança o Livro Verde, onde o tema central é “promover uma Tabela Europeia para a Responsabilidade Social das Empresas”</p>
2002	<p>Na Cimeira de Joanesburgo foi acordado o tratamento equilibrado integrado dos 3 pilares do Desenvolvimento Sustentável e foi definido um plano de ação para a gestão dos recursos humanos e para o combate à pobreza.</p> <p>O Conselho europeu divulgou o Tema “Responsabilidade Social das Empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável”.</p>
2006	<p>O Conselho Europeu publicou a “Implementação da Parceria para o Crescimento e Emprego: Tornar a Europa um Pólo de Excelência em Termos de Responsabilidade Social das Empresas.</p>

Fonte: Adaptado de Moura et al. (2004, p.22)

Anexo B Questionário

<https://forms.office.com/r/zbJhhxqSrq>

Questionário sobre as Práticas de Responsabilidade Social no setor olivícola.

O seguinte instrumento de recolha de dados destina-se á realização de uma dissertação de Mestrado, no âmbito do Mestrado em Gestão das Organizações, ramo de empresas, pelo Instituto Politécnico de Bragança.

O presente questionário procura compreender se o setor olivícola da região de Trás-os-Montes se preocupa com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) aplicando algumas normas, práticas e efetuando reportes, de modo a verificar se há alguma preocupação com os pilares da RSC, isto é, as vertentes económicas, sociais, ambientais e filantrópicas, assim como determinar as principais barreiras á aplicação destas práticas.

A sua colaboração neste estudo é indispensável, pelo que se solicita que responda a todas as questões com a máxima sinceridade. Garante-se a total confidencialidade dos dados obtidos e agradecesse-se desde já a colaboração prestada.

Caracterização da organização e do inquirido.

1. **Qual o seu nome?**
2. **Qual a organização a que pertence?**
3. **Qual a dimensão da organização em que se encontra?**
 - a) Microempresa: empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros.
 - b) Pequena empresa: empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros, e que não está classificada como microempresa.
 - c) Média empresa: empresa que emprega menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou balanço total anual não excede 43 milhões de euros, e que não está classificada como pequena empresa e/ou microempresa.
4. **Qual o seu cargo na organização?**
 - a) CEO
 - b) Administrador
 - c) Sócio-Gerente
 - d) Presidente
 - e) Vice-Presidente
 - f) Proprietário
 - g) Responsável pela direção administrativo-financeira
 - h) Outro
5. **Selecione o tipo de organização em que trabalha**

- a) Cooperativa
- b) Empresa privada

Avaliação do conhecimento sobre a Responsabilidade Social Corporativa

OE1: O grau de importância para a RSC é mais elevado nas Cooperativas que nas Empresas privadas?

- 6. Tem conhecimento sobre o que é a Responsabilidade Social Corporativa?**
 - a) SIM
 - b) NÃO
- 7. Numa escala de 1 a 5, (sendo que 1- Nada importante; 2- Pouco importante; 3- Moderadamente importante; 4- Muito importante; 5- Extremamente importante) avalie a importância dos seguintes fatores:**
 - a) Responsabilidade para com os consumidores
 - b) Responsabilidade para com os empregados
 - c) Responsabilidade para com os investidores
 - d) Responsabilidade para com a sociedade e o ambiente
- 8. A organização faz a aplicação de alguma das seguintes normas?**
 - a) SA8000
 - b) NP4469 – 1:2008
 - c) NP ISO 26000: 2011
 - d) Não tenho conhecimento da aplicação destas normas
 - e) Outras
 - f) Apenas as normas de HACCP
 - g) Apenas as normas necessárias ao funcionamento da organização

OE2: Perceber se a componente económica pesa mais do que as componentes sociais ou ambientais

- 9. Numa escala de 1 a 5, (sendo que 1- Nada importante; 2- Pouco importante; 3- Moderadamente importante; 4- Muito importante; 5- Extremamente importante) avalie a importância dos seguintes fatores:**

Variáveis económicas	Variáveis sociais/ambientais
Lucro	Satisfação dos funcionários e clientes
Faturação	Criação de valor para a sociedade
Minimização de custos	Preocupação com o ambiente e sociedade
Imagem e Reputação no mercado	Preocupação com Higiene e Segurança no Trabalho e Higiene e Segurança Alimentar
Preço de exploração (PVP)	Elaboração de relatórios de sustentabilidade

(Dar pontuações a cada variável e fazer media, determinando um grau de importância das variáveis económicas versus variáveis sociais/ambientais)

OE3: A empresa/cooperativa elabora relatório de sustentabilidade e faz o devido reporte de resíduos.

10. A organização faz algum tipo de relatório de sustentabilidade?

- a) SIM
- b) NÃO

11. A organização faz o reporte de resíduos?

- a) SIM
- b) NÃO

12. Tendo em conta que a organização atua no setor olivícola, que tipo de subprodutos produz?

- a) Águas ruças
- b) Azeite Lampante
- c) Biomassa (caroços e folhas)
- d) Águas de lavagem de azeite e azeitona
- e) Outros (QUAIS?)

OE4: Perceber se os apoios externos do Estado e União Europeia são suficientes para permitir o investimento nas áreas da Responsabilidade Social Corporativa.

13. Considera que os apoios financeiros externos (Estado e União Europeia) são suficientes para fazer um tratamento adequado dos resíduos resultantes da sua atividade?

- a) SIM
- b) NÃO

14. Considera que os apoios financeiros externos (Estado e União Europeia) são suficientes para investir mais em questões da Responsabilidade Social Corporativa?

- a) SIM
- b) NÃO

15. Se esses apoios financeiros existissem e houvesse uma facilidade de acesso a fundos, investiria em questões relacionadas com a Responsabilidade Social Corporativa?

- a) SIM
- b) NÃO

16. Quais as barreiras ou limitações para a realização das atividades de Responsabilidade Social Corporativa nas organizações do setor? (pode escolher mais do que uma opção)

- a) Limitação de recursos financeiros
- b) Fonte de elevados custos
- c) Elevada concorrência
- d) Limitação de recursos humanos
- e) Dificuldade na comunicação dos valores e normas para com potenciais clientes

- f) Elevada burocracia relacionada com as políticas de responsabilidade social
- g) Relatórios de reporte de Responsabilidade Social Corporativa dispendiosos do ponto de vista económico e temporal.

17. Para além das opções acima indicadas, que mais limitações considera relevantes?

Perceber se a organização tem consciencialização para com a sustentabilidade

18. A organização procura investir em energias renováveis?

- a) SIM
- b) NÃO

19. Qual o tipo de unidade de extração?

- a) 2 fases (+ecológico com menos gastos de água)
- b) 3 fases (-ecológico com maiores gastos de água e mais poluição)
- c) Tradicional (-ecológico)

20. A organização faz reciclagem e o devido reporte de resíduos?

- a) SIM
- b) NÃO

21. Onde é que a organização faz a descarga das águas de lavagem?

- a) Coletor municipal
- b) Lagoa/ Tanque de decantação
- c) Posterior espalhamento nas parcelas de exploração
- d) ETAR própria
- e) Outros

22. Considera que a organização pratica uma economia circular, isto é, aproveita os subprodutos para criar valor acrescentado?

- a) SIM
- b) NÃO

Existem diferenças entre empresas e cooperativas relativamente ao nível de investimento disponibilizado para questões relacionadas com a RSC.

23. Qual o nível de investimento que disponibiliza por ano, para questões relacionadas com a Responsabilidade Social Corporativa?

- a) Não disponibiliza qualquer investimento para essas questões
- b) Até 1000€
- c) Mais que 1000€ e inferior a 5000€
- d) Mais que 5000€ e inferior a 10000€
- e) Mais que 10000€

24. Se achar conveniente, por favor utilize este espaço para efetuar quaisquer considerações sobre a temática estudada e o setor em que a organização atua.

Anexo C Guião das entrevistas

Embora o regulamento seja omissivo neste ponto, poderá ser aconselhável preceder cada anexo por uma quebra de página, para que cada anexo se inicie numa nova página.

Guião da entrevista

Questões

- 1) O que entende por RSC?
- 2) Que normas aplica no âmbito da RSC? SA8000; NP4469 – 1:2008; NP ISSO 26000: 2011. Não aplica porquê?
- 3) Faz algum tipo de reporte ou elabora um relatório de sustentabilidade?
Se sim: Considera necessário?
Se não: Quais as razões?
- 4) Existe algum tipo de barreira para a implementação de novas práticas de RSC?

Económica

- 1) Considera o desempenho Económico- Financeiro da organização a maior prioridade? Porquê?
- 2) Que indicadores usa para medir o desempenho da organização?

Social

- 1) Que tipo de ações sociais a organização pratica?
- 2) Considera o investimento na vertente social uma prioridade, tanto trabalhadores, como clientes e a população local? Pode dar alguns exemplos?

Ambiental

- 1) Considera que a organização faz uma gestão do seu impacto ambiental? Pode dar exemplos de medidas realizadas?
- 2) A organização pratica uma economia circular? Pode explicar o processo?
- 3) Tendo em conta o sector de atividade, qual o destino dos subprodutos da produção como as águas ricas e o caroço da azeitona?
- 4) Considera que há falta de apoios do Estado e EU, para solucionar os problemas da poluição neste setor?